



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L - Nº 24 (*)

QUINTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jose Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1995

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, criando o prêmio "Luís de Camões", celebrado em Brasília, em 22 de junho de 1988.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo Adicional ao Acordo Cultural, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, criando o prêmio "Luís de Camões" celebrado em Brasília, em 22 de junho de 1988.

Parágrafo único. São sujeitos a aprovação do Congresso Nacional, quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de fevereiro de 1995. — Senador **José Sarney** Presidente.

PROTOCOLO ADICIONAL AO ACORDO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. CRIANDO O PRÊMIO "LUÍS DE CAMÕES"

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.

Conscientes das profundas afinidades culturais entre os dois povos;

Empenhados em intensificar e complementar por todas as formas possíveis o Acordo Cultural existente entre os dois países, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966;

Interessados no enriquecimento e prestígio da língua comum e do respectivo patrimônio literário;

Desejosos de, pela instituição do prêmio "Luís de Camões", manifestarem publicamente, todos os anos, o apreço e a homenagem da Comunidade a um escritor que, pela sua obra, tenha contribuído para o engrandecimento e proteção da literatura da Língua Portuguesa, e

Procurando deste modo prestigiar solenemente e dar público testemunho de reconhecimento aqueles que, pelo seu talento e

dedicação a vida intelectual, engrandecerem o patrimônio literário das culturas que encontram expressões na Língua Portuguesa.

Resolvem estabelecer o seguinte Protocolo Adicional ao referido Acordo Cultural:

Artigo 1

Com o objetivo de consagrar anualmente um autor de língua portuguesa que, pelo valor intrínseco da sua obra, tenha contribuído para o enriquecimento do patrimônio literário o prêmio "Luís de Camões", que se regerá pelas cláusulas do presente Protocolo.

Artigo 2

O valor do prêmio é correspondente a soma das contribuições de cada um dos Países para a sua dotação.

Artigo 3

O prêmio não poderá ser dividido, nem deixar de ser atribuído.

Artigo 4

A contribuição anual será fixada, para cada país, pelo respectivo Governo.

(*) Editado nos termos do art. 201 do Regimento Interno do Senado Federal.

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR

Diretor Administrativo

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

Artigo 5

O júri será composto por três representantes de cada um dos países, designados, entre personalidades de reconhecido mérito cultural e literário pelo respectivo membro do Governo responsável pela área Cultural.

Artigo 6

O Secretariado do Prêmio, será assegurado pelo Instituto Nacional do Livro, no Brasil, e pelo Instituto Português do Livro e da Leitura, em Portugal.

Artigo 7

Até 31 de dezembro do ano anterior ao que o prêmio se refere, deverão ser nomeados os membros do júri, por comunicação ao respectivo Secretariado.

Artigo 8

A reunião do júri terá lugar no primeiro trimestre de cada ano, em Brasília e Lisboa, alternadamente. A primeira reunião realizar-se-á em Lisboa, no primeiro trimestre de 1989.

Artigo 9

O Presidente do júri será, também, alternadamente, um membro de cada país, devendo o júri, em cada ano, no início da reunião, designá-lo por cooptação entre os membros do país a que, nesse ano, cabe a presidência.

Artigo 10

As deliberações do júri serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Artigo 11

Quaisquer instituições de natureza e votação cultural dos

países membros poderão apresentar candidaturas ao prêmio, no ano anterior aquele em que vai ser atribuído, remetendo-as ao Secretariado respectivo, não estando o júri obrigado a fazer a sua escolha apenas entre as candidaturas propostas.

Artigo 12

O prêmio será entregue em sessão especial, a ter lugar no país onde se realizou a reunião do júri, em data que se entender conveniente, no mês de junho de cada ano.

Artigo 13

O prêmio está aberto a adesão de outros países de expressão através do prêmio acertado com os dois primeiros signatários deste Protocolo, ao qual se farão, se necessário, adaptação, resultante da participação de novos países subscritores.

Artigo 14

O prêmio destina-se a autores de língua portuguesa, qualquer que seja a sua nacionalidade.

Artigo 15

O presente Protocolo entrará em vigor de ambas as Partes Contratantes haverem cumprido as formalidades que internamente forem necessárias.

Qualquer das Partes Contratantes poderá, mediante comunicação prévia, feita com antecedência de seis meses, denunciar o presente Protocolo.

Feito em Brasília, aos 22 dias do mês de junho de 1988, em dois exemplares, fazendo os dois textos igualmente fé. – Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Roberto de Abreu Sodré**. – Pelo Governo da República Portuguesa: **Adriano Antonio de Carvalho**.

SENADO FEDERAL**SUMÁRIO****1 – COMUNICAÇÃO**

Do Sr. Senador José Serra, informando seu afastamento do mandato de Senador pelo Estado de São Paulo para assumir o cargo de Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento.

2 – POSSE, COMPROMISSO REGIMENTAL, NOME

PARLAMENTAR E FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DO SR. PEDRO PIVA, SUPLENTE CONVOCADO DA REPRESENTAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM FACE DO AFASTAMENTO DO TITULAR SENADOR JOSÉ SERRA, NOMEADO MINISTRO DE ESTADO.

3 - ATOS DO PRESIDENTE

Nº 78 a 83, de 1995.

4 - ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 124 a 146, de 1995.

5 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Relatório nº 37, de 1995.

6 - GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Atas da Sessão Plenária e da Comissão Deliberativa, realizadas no dia 3-2-95.

7 - ATA DE COMISSÃO

1ª Reunião Extraordinária da CAE, realizada em 19-1-95.

COMUNICAÇÃO

Brasília, 3 de fevereiro de 1995.

Senhor Presidente,

De acordo com o disposto no artigo 39 do Regimento Interno desta Casa, comunico a V. Exª que a partir desta data me afasto

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO**

O Desembargador Carlos Alberto Ortiz,
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo,
tendo em vista a proclamação dos eleitos em 3 de outubro de 1994,
realizada pelo Egrégio Tribunal,
em sessão de 30 de novembro de 1994, outorga o presente diploma a

PEDRO FRANCO PIVA

1º Suplente do Senador José Serra,
pela Coligação "Compromisso com São Paulo" (PSDB/PFL)
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, em 15 de dezembro de 1994
Eu, *Carlos Alberto Ortiz* - Fernando Augusto Fontes Rodrigues,
Secretário do Tribunal, subscrevi.

Carlos Alberto Ortiz

**TERMO DE POSSE**

No dia nove de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e cinco, compareceu ao Gabinete do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, o Sr. Pedro Franco Piva, 1º Suplente convocado da Representação do Estado de São Paulo, em virtude da assunção ao cargo de Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, do Titular, Senador José Serra. Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 4º da Lei Interna, apresentou o empossado o Diploma expedido pela Justiça Eleitoral, e prestou compromisso, tendo o Senhor Presidente José Sarney declarado Sua Excelência empossado no mandato de Senador da República. De acordo com o art. 7º, do Regimento Interno, o Senador Pedro Piva comunicou à Mesa sua filiação partidária, bem como seu nome parlamentar. O presente Termo será noticiado no Diário do Congresso Nacional. E, para constar, eu, *Raimundo Carneiro Silva*, Raimundo Carneiro Silva, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinado pelo Sr. Presidente e pelo Senador JOSÉ SARNEY, empossado.

Assinatura de José Sarney
Assinatura de Raimundo Carneiro Silva

do exercício do mandato de Senador pelo Estado de São Paulo para assumir o cargo de Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª meus protestos de elevada estima e distinta consideração. - Senador José Serra.

COMUNICAÇÃO

Em 9 de fevereiro de 1995

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de SÃO PAULO, em substituição ao Senador José Sarney, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do PSDB.

Atenciosas saudações

Nome parlamentar:

PEDRO PIVA

ATOS**DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL****ATO DO PRESIDENTE Nº 78, DE 1995**

O Presidente do Senado Federal, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve exonerar os servidores abaixo relacionados do cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Nome**Nome**

Vicente Limongi Neto
Vitoria Regia Martins Melo
Getro Artiga Lima e Silva
José Maria de Amorim
Raimundo Nonato Freitas
Demerval de Melo R. Filho
Tania Mara Camargo Falbo
Francisco Sampaio de Carvalho
Maria de Nazaré P. Carneiro
Almir da Cunha Leite Júnior

Áurea Camargo Sousa Santos
Jorge Luiz Moreira
Aldenira Maria Piedade de Faria
Eduardo Augusto Lopes
Rafael de Freitas L. Campos
José Tarcísio Saboya Holanda
José de Ribamar Duarte Mourão
Lurdisceia Santos Mulholland
Cláudia Seixas Alves
Francisco de Assis F. P. de Saboia

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Senador José Sarney**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 79, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear SARAH ABRAHÃO para exercer o cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995 – **Senador José Sarney**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 80, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear JOSÉ TARCÍSIO SABOYA HOLANDA para exercer o cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Senador José Sarney**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 81, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear MARIA DE NAZARÉ PINHEIRO CARNEIRO, Analista de Indústria Gráfica Legislativa, Nível III, Padrão V/S 30, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF, para exercer o cargo, em comissão, de Assessora, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Senador José Sarney**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 82, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo § 2º do artigo 6º da Resolução nº 42, de 1993, resolve manter CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO, Analista Legislativo, Nível III, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, matrícula nº 2634, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na função de Secretário-Geral da Mesa Adjunto, símbolo FC-8.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Senador José Sarney**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 83 DE 1995

O Presidente do Senado Federal, uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo § 2º do artigo 6º da Resolução nº 42, de 1993, resolve manter PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA, Analista Legislativo, Nível III, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, matrícula nº 1607, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na função de Diretora da Secretaria Administrativa, símbolo FC-9.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Senador José Sarney**, Presidente.

ATOS

DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 124, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 002.722/95-0, Resolve nomear MARLUCE ARRUDA CÂMARA DE FREITAS

DINIZ para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete de Senador Geraldo Melo.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 125, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.404/95-1, Resolve nomear CARLA ANDREA MUJICA CONTI PEDROSA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 126, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.631/95-8, Resolve exonerar BAZILEU ALVES MARGARIDO NETO, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Eduardo Suplicy, a partir de 1º-2-95.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 127, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 002.723/95-6, Resolve nomear ELIZABETE BEZERRA BARROS para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Melo.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 128, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.639/95-9, Resolve nomear ZULEIDE ARAÚJO TEIXEIRA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PT, Senador Eduardo Suplicy.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 129, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferido pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.928/95-0, Resolve nomear MARIA BAPTISTA LEITÃO para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paulo Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 130, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição,

que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.889/95-5, resolve nomear DOÁTICO ALCIDES ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Requião.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 131, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.749/95-9, resolve nomear MARCIO LOBÃO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal com lotação e exercício no Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 132, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.790/95-9, resolve nomear JOSÉ OVÍDIO DE OLIVEIRA BONA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PFL, Senador Hugo Napoleão.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 133, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.854/95-7, resolve nomear FRANCISCA DIAS DA SILVA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Bianco.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 134, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.927/95-4, resolve nomear ANA CATARINA SANTOS RIBEIRO, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jader Barbalho.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 135, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.439/95-0, resolve nomear GUSTAVO CÂMARA FERREIRA DE MELO, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Melo.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 136, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.405/95-8, resolve nomear CHRISTINA HELENA MICHELI VELHO, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 137, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.610/95-0, resolve nomear CARLA SPEGIORIN SILVEIRA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Patrocínio.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 138, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.610/95-0, resolve nomear SÍLVIA MARTA ALMEIDA DINIZ, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Patrocínio.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 139, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.610/95-0, resolve nomear EMA LAURINDA SPEGIORIN SILVEIRA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Patrocínio.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 140, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.637/95-6, resolve nomear THALES CHAGAS MACHADO COELHO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PT, Senador Eduardo Suplicy.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 141, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 004.071/95-6, resolve nomear SANDRA MARIA GOMES RAMOS, para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete

do 2º Vice-Presidente, Senador Júlio Campos.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 142, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.288/95-1, resolve nomear LUIZ GIONILSON PINHEIRO BORGES, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 143, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.755/95-9, resolve nomear LUIZ FRANCISCO TERRA JÚNIOR, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jarder Barbalho.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 144, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.925/95-1, resolve nomear MARIA BERNADETE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lúcio Alcântara.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 145, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve nomear PEDRO BRAGA DOS SANTOS, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Presidente do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 146, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.894/95-9, resolve nomear ESDRAS ALVES DE QUEIROZ, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino Maia.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

PORTARIA Nº 37/95

Altera a Portaria nº 31/94 que estabelece normas para financiamento de veículos pelo IPC.

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, no exercício de suas atribuições que lhe conferem o art. 12, inciso IV e do art. 56, parágrafos único da Lei nº 7.087/82, com observância ao art. 1º da Resolução nº 2/95, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido em R\$40.000,00 (quarenta mil reais) o valor máximo de empréstimo para o financiamento de veículos do IPC aos seus segurados.

Art. 2º São mantidas as demais normas para financiamento de veículos pelo IPC contidas na Portaria nº 31/94.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1995. – **Henrique Lima Santos**, Presidente.

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

SESSÃO PLENÁRIA

ATA

Aos três dias do mês de fevereiro de 1995, às dez horas, reúne-se, em sua sede, a Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os Senhores Deputados Rodrigues Palma, Deputado Leur Lomanto, Deputado Humberto Souto, Senador Elcio Álvares, Deputado Nilson Gibson, Deputado Henrique E. Alves, Deputado Robson Tuma, Deputado Luiz Henrique, Deputado Euler Ribeiro, Deputado Affonso Camargo, Deputado Francisco Diógenes, Deputado João Almeida, Deputada Zila Bezerra, Senador Guilherme Palmeira, Deputado Flavio Derzi, Senador Esperidião Amin, Deputado Sarney Filho, Deputado Ney Lopes, Deputado Iberê Ferreira, Deputado Leopoldo Bessone e Deputado Benito Gama. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, lembrando que a presente Sessão Plenária fora convocada, conforme edital publicado no DCN de 22 de novembro de 1994, Seção II, para a eleição dos membros da Comissão Deliberativa para o período 1995-1999. Dá-se início, por escrutínio secreto, a eleição da Comissão Deliberativa. Às 11 horas, é encerrada a votação. O Senhor Presidente convida os Senhores Deputados Robson Tuma, Zila Bezerra, Francisco Diógenes e Nilson Gibson para escrutinadores. Aberta a urna, são encontradas 24 cédulas que coincidem com o número de votantes. Feita a apuração, verifica-se que os 24 votos são favoráveis à chapa apresentada. O Senhor Presidente declara eleitos membros efetivos da Comissão Deliberativa os seguintes parlamentares: Titulares: Senadores Alexandre Costa, Coutinho Jorge, Elcio Álvares, Gilberto Miranda, Guilherme Palmeira, Humberto Lucena, José Sarney e Pedro Simon; Deputados Aécio Neves, Benito Gama, Flavio Derzi, Francisco Diógenes, Henrique E. Alves, Humberto Souto, Inocêncio de Oliveira, Jairo Azi, Jaques Wagner, Leur Lomanto, Luiz Henrique, Nilson Gibson, Prisco Viana, Ricardo Izar, Robson Tuma, Sarney Filho e Simão Sessim. Suplentes: Senadores Carlos Patrocínio, Esperidião Amin, Hugo Napoleão, Júlio Campos, Júnia Marise, Lucídio Portela, Nabor Júnior, Odacir Soares; Deputados Amaral Neto, Beto Mansur, Celia Mendes, Euler Ribeiro, Fernando Lyra, Iberê Ferreira, José Thomaz Nonô, Leopoldo Bessone, Marcos Lima, Ney Lopes, Paes Landim, Rita Camata, Roberto Brant, Rodrigues Palma, Wilson Campos e Zila Bezerra. O Senhor Presidente convoca os membros da Comissão Deliberativa recém-eleitos e empossados, para procederem à eleição da Comissão Diretora, conforme determina o artigo 11 do Estatuto do Grupo. Nada mais havendo a tratar, suspende-se a Sessão para que se lave a Ata. Reabertos os trabalhos, às onze horas e trinta minutos, é a mesma lida e aprovada. Eu, Senador Elcio Álvares, Secretário,

lavrei a presente Ata, que irá à publicação. – Deputado **Henrique E. Alves**, Presidente.

COMISSÃO DELIBERATIVA

ATA

Aos três dias do mês de fevereiro de 1995, às onze horas e trinta minutos, reúne-se na sede do Grupo, sita no 2º andar do Anexo I do Senado Federal, a Comissão Deliberativa, sob a Presidência do Deputado Henrique Eduardo Alves, 1º Vice-Presidente. Presentes os Senhores Deputado Rodrigues Palma, Deputado Leur Lomanto, Deputado Jairo Azi, Senador Elcio Álvares, Deputado Simão Sessim, Deputado Nilson Gibson, Deputado Humberto Souto, Senador Humberto Lucena, Deputado Robson Tuma, Deputado Luiz Henrique, Deputado Euler Ribeiro, Deputado Affonso Camargo, Deputado Francisco Diógenes, Deputada Zila Bezerra, Senador Guilherme Palmeira, Deputado Flavio Derzi, Senador Esperidião Amin, Deputado Sarmey Filho, Deputado Ney Lopes, Deputado Iberê Ferreira, Deputado Leopoldo Bessone e Deputado Benito Gama. O Senhor Presidente informa que a presente convocação, realizada de acordo com o artigo 11 do Estatuto, destina-se à eleição da Comissão Diretora, para o biênio 1995-1996. Às onze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente encerra o processo de votação e designa os Senhores Deputados Robson Tuma, Francisco Diógenes, Zila Bezerra e Nilson Gibson como escrutinadores. Aberta a urna, foram encontrados 23 votos, número que coincide com o de votantes. Feita a apuração dos votos, constata-se que não houve voto discrepante, sendo eleita, por unanimidade, a seguinte chapa: para Presidente Deputado Henrique Eduardo Alves; para 1º Vice-Presidente Senador Guilherme Palmeira; para 2º Vice-Presidente Senador Humberto Lucena; para Tesoureiro Deputado Aécio Neves; e para Secretário Senador Elcio Álvares. Para membros do Conselho Interparlamentar, foram eleitos: Deputado Leur Lomanto e Deputado Nilson Gibson. O Senhor Presidente proclama os nomes dos eleitos e os declara empossados e formula votos de que a nova Comissão Diretora continue os trabalhos de Grupo com o mesmo entusiasmo e dedicação com que se houve a Comissão Diretora, que ora encerra seu mandato. Nada mais havendo a tratar, às doze horas, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião, e eu, Secretário, lavrei a Presente Ata, que vai à publicação. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

1ª Reunião (Extraordinária), da 11ª Sessão Legislativa Extraordinária da 49ª Legislatura, Realizada em 19 de janeiro de 1995

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dezanove de janeiro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador João Rocha e com a presença dos Senhores Senadores Epitácio Cafeteira, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Pedro Simon, Jacques Silva, Eduardo Suplicy, Saldanha Derzi, Esperidião Amin, Jonas Pinheiro, Mansueto de Lavor, César Dias, Carlos Patrocínio, Moisés Abrão, Magno Bacelar, Ronan Tito, Alfredo Campos e Beni Veras, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. O Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, em seguida, convida o Senhor Gilberto Miranda e o Senhor Ministro da Fazenda, Doutor Pedro Malan à comporem a Mesa dos trabalhos. Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se à exposição do Senhor Ministro da Fazenda, sobre "A Crise Mexicana e suas Repercussões

es na Economia Brasileira, o fechamento de Agências de Bancos Federais; e a intervenção no Banespa e no Banerj. Prosseguindo, concedo a palavra ao Doutor Pedro Malan, que após sua exposição, é interpelado pelos Senhores Epitácio Cafeteira, Pedro Simon, Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, Ronan Tito e Mansueto de Lavor. Não havendo mais Senadores inscritos, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José do Patrocínio Filho, Secretário eventual da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **João Rocha**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Está aberta a reunião de hoje, que tem por finalidade ouvir o Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, que aqui está não como convocado, mas como convidado para falar sobre os seguintes temas: a crise mexicana e suas repercussões na economia brasileira; o fechamento de agências bancárias federais; a intervenção no BANERJ e no BANESPA.

Declarando aberta a presente reunião, pedimos ao Senador Gilberto Miranda, Vice-Presidente desta Comissão, que acompanhe o Dr. Pedro Malan até este recinto.

Pedimos ao Dr. Pedro Malan e ao Dr. José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que tomem assento à mesa.

Srs. Senadores, como convidado desta Comissão, encontre-se neste recinto o Dr. Pedro Malan, Ministro da Fazenda, que ainda como renegociador da nossa dívida externa e Presidente do Banco Central nunca se negou a atender a convites desta Comissão para aqui comparecer. O relacionamento e o entrosamento do Dr. Pedro com esta Casa, na sua totalidade, e com os membros desta Comissão, mantém-se o mesmo hoje, quando ocupa o Ministério da Fazenda de nosso País.

Através de um convite que a ele fizemos, juntamente com o Presidente desta Casa, Senador Humberto Lucena, mais um vez S. Exª se dispôs a aqui comparecer, demonstrando o apreço e respeito que tem por esta Casa.

Para iniciar a reunião, passamos a palavra ao Dr. Pedro Malan, que começará discorrendo sobre os assuntos da pauta. Logo após, a palavra ficará franqueada aos Srs. Senadores, pela ordem de inscrição, que se encontra sobre a mesa.

Com a palavra o Dr. Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Bom dia. Quero agradecer as sempre gentis palavras do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador João Rocha, agradecer a presença do Vice-Presidente da Comissão, dos Srs. Senadores presentes, de alguns velhos amigos e conhecidos, e a presença sempre instigante da valorosa imprensa brasileira.

Recebi, na terça-feira à tarde, o convite do Senador Humberto Lucena para que aceitasse dirigir-me à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para falar sobre os três assuntos a que fez referência o Senador João Rocha: a crise mexicana e suas repercussões na economia brasileira; o fechamento de agências de bancos federais; e a intervenção no Banespa e no Banerj.

A minha intenção, conforme combinado com o Presidente da Comissão, é cobrir os três temas nesta intervenção inicial e, a partir daí, tentar responder, da melhor maneira possível, as perguntas que me serão dirigidas pelos Srs. Senadores. Devo dizer que já se me foram da memória o número de vezes em que compareci a esta Casa e, em particular, a esta Comissão, nos dois anos em que estive à frente da negociação da dívida externa brasileira.

Quero, mais uma vez, reiterar o papel fundamental que a cooperação com o Senado Federal teve no desenlace da bem-sucedida negociação.

Também estive aqui inúmeras vezes pessoalmente ou acompanhando os então Ministros Fernando Henrique Cardoso, Rubens Ricupero e Ciro Gomes, nesta Comissão, durante o ano e meio em que estive na Presidência do Banco Central. É com renovada satisfação que atendo a este convite mais recente, assim como declaro, mais uma vez, a minha disposição de atender, sempre com avisos de pelo menos vinte e quatro horas, os convites que muito me honram para aqui comparecer.

Vamos começar com o primeiro item da nossa agenda e pauta de discussões: crise mexicana e suas repercussões na economia brasileira.

Peço perdão aos interessados, pois há muitos mais competentes do que eu, que me declaro incompetente na área de análise política para avaliar a extensão em que eventos políticos no México tenham contribuído para alterar percepções, seja dentro ou fora do México, no desenlace da situação no *front* econômico.

Refiro-me à Revolta de Chiapas, que teve início há um ano e ainda segue causando certas preocupações internas e internacionais; aos assassinatos a sangue frio às vésperas da eleição presidencial do candidato que então liderava por amplas margens as pesquisas; ao assassinato posterior também a sangue frio do secretário-geral do partido, que há seis décadas detém o principal controle da vida política do país, ora em processo de abertura; assim como também às implicações que esses eventos têm em termos de percepções sobre o país.

Não vou entrar nessa dimensão política, porque há pessoas aqui nesta sala muito mais competentes a derivar as implicações desses fatos.

Sobre a parte econômica, o México, esse grande país irmão, passou, há algum tempo, não é de agora – iniciou-se com a administração Miguel de La Madrid, que antecedeu a administração Salinas –, por um processo de aprofundamento do seu relacionamento com o seu grande vizinho do Norte, tanto na dimensão comercial, quanto na dimensão financeira.

Para que os senhores tenham uma idéia, no ano passado, as importações do México foram superiores ao total do comércio brasileiro, vale dizer exportação mais importação. Apenas no primeiro semestre de 1994, as importações mexicanas excederam em 5,5 bilhões de dólares o total das importações brasileiras no ano.

Há uma peculiaridade do regime comercial mexicano: cerca de 70%, tanto de suas exportações quanto de suas importações, são dirigidas ou provenientes dos Estados Unidos da América do Norte. Esse processo de abertura comercial, com esse crescimento significativo das importações, excedendo de muito o crescimento das exportações, levou – e não foi um processo rápido, porque houve uma diferença fundamental entre outros países, em particular o nosso – a um processo crescente de aumento do déficit em conta corrente, que é o déficit comercial mais os serviços, fatores e não-fatores, que superaram os 4% do PIB mexicano já em 1991; superaram os 7%, em 1992; mantiveram-se acima dos 7%, em 1993; chegaram a quase 9% do PIB, em 1994. Esse processo de acumulação, ao longo do tempo, de déficits em transações correntes chegou, no ano passado, a quase 30 bilhões de dólares, para uma economia que é cerca da metade da economia brasileira. Essas transações tiveram implicações que se foram construindo ao longo do tempo para percepções, tanto de públicos relevantes internos quanto externos, acerca da sustentabilidade daquela situação, numa perspectiva de médio prazo, o que levou, em 20 de dezembro do ano passado, o governo mexicano a alterar o limite superior de sua banda de 3,47 pesos por dólar, fazendo uma desvalorização em torno de 15% para 4 pesos por dólar. Essa desvalorização de 15%, anunciada juntamente com uma elevação do limite superior da banda, foi percebida pelo mercado como inadequada, insufi-

ciente, e houve uma outra desvalorização. Em seguida, no dia 22, o México decidiu que o regime cambial seria de taxas flutuantes. Rapidamente, ela passou de 3,4 – que era o valor em 20 de dezembro – para cerca de 5,8 pesos por dólar em um par de semanas, o que levou, principalmente entre 20 e 22 de dezembro, particularmente no dia 22, a uma perda de quase cinco bilhões de dólares de reservas internacionais no curto espaço de 48 horas.

De modo que, as reservas internacionais do México, que haviam chegado, na virada do ano de 1993 para 1994, a cerca de 25 bilhões de dólares, no final da crise, no início de janeiro, estavam reduzidas a 5,5, menos de um mês de suas importações.

Esse acontecimento levou alguns agentes importantes do cenário internacional, em particular dos Estados Unidos da América do Norte, com a ajuda do BIS*, do governo japonês, do governo canadense e de bancos privados, a montarem uma rede de salvação, além de assegurarem que estariam por trás do México em defesa do peso com 25 a 40 bilhões de dólares, o que vem sustentando a situação.

Desde então, o peso declinou para 5,25 ou 5,3 pesos por dólar. E o pior da crise de confiança – não vou dizer de forma alguma que está definitivamente superada, pois seria ingenuidade da minha parte – é que o problema mexicano estará conosco. No entanto, para os mexicanos o problema persistirá por muitos meses. E, na medida em que nenhum país é uma ilha, no sentido figurado da palavra, o problema mexicano acaba tendo repercussões que afetam não só a América Latina, mas também mercados na Europa, Ásia e na própria África, tendo efeitos sobre mercados emergentes, os quais se transmitem para o mundo todo, problema esse agravado pelas taxas de juros nos Estados Unidos da América do Norte.

Quero enfatizar as diferenças entre México e Brasil, pois entendo serem importantes, sem cair no extremo oposto e dizer que a crise mexicana não nos afeta e que não há nada a fazer em termos de um profundo repensar sobre a situação brasileira a médio e a longo prazo. É muito importante enfatizar diferenças. Vi, com certa perplexidade, análises simplistas, ingênuas, equivocadas e que pareciam sugerir que a situação brasileira era uma questão de dias até que se configurasse uma repetição da situação mexicana, tal como descrevi aqui.

Para que os senhores tenham uma idéia, o déficit em conta corrente da economia mexicana foi de quase 9% do PIB no ano passado. E quero sublinhar aqui algo muito importante: esse déficit veio se constituindo ao longo de anos. Era 3% em 1990; mais de 4% em 91; mais de 7% em 92; mais de 7% em 93 e quase 9% em 94. Nenhum país passa por um déficit de conta corrente equilibrado ou superavitário em um par de meses. Esse processo demora anos e, portanto, há tempo e capacidade de resposta de um país que está atento às necessidades de mudança de rumo quando essa evidência parece necessária.

O déficit mexicano em conta corrente, em relação ao PIB brasileiro, equivaleria a 50 bilhões de dólares em 1994 no Brasil. Nem o mais insano dos catastrofistas – e, infelizmente, temos alguns entre nós – chegou a aventar a possibilidade de o governo brasileiro assistir passivamente a uma situação de déficit dessa magnitude.

O nosso déficit em conta corrente, no ano passado, foi da ordem de menos de metade de 1% do PIB, um valor em torno de 1/3 a 0,4 décimos de percentagem de 1% do PIB. Obviamente, estamos falando de magnitudes diferentes. Nossas reservas internacionais estão em mais de 40 bilhões de dólares, e as reservas mexicanas – como disse antes – estão reduzidas a cerca de 5 ou 6 bilhões de dólares, menos de um mês de importações, que, como eu disse, excedem o total do nosso comércio exterior: exportação mais

importação. As nossas excedem, de muito, um ano de importações. E o limite mínimo que foi decidido pelo Congresso é da ordem de três ou quatro meses de importação – não me lembro agora –, esse é o nível mínimo de reserva. Temos mais de um ano de reservas acumuladas.

Portanto, existe uma óbvia e clara diferença ligada ao fato, além do que a nossa economia é o dobro da economia mexicana. A diferença de situação, do México em relação ao Brasil, é que crescemos 5% reais em 1993 e outros tantos – os jornais trazem hoje as estimativas do IBGE, se não me engano, 5,3% de crescimento do produto real da economia brasileira em 1994, o que se contrapõe com uma situação de não-crescimento significativo da economia mexicana.

Então, as diferenças são óbvias e estão aí para quem queira se debruçar mais profundamente sobre os dados, que desautorizam conclusões apressadas, alarmistas, catastrofistas, que surgiram, parte por ingenuidade e desconhecimento dos fatos, parte por má fé de alguns operadores de mercado e consultores.

Dito isso, não quero cair no extremo oposto e dizer que podemos ignorar o que aconteceu no México, e seguir adiante como se nada houvesse acontecido.

É óbvio que há lições, e reporto-me à outra parte que são as implicações para a economia brasileira do que ocorreu no México. Há lições a extrair da experiência. E há também certos erros a evitar.

A lição mais importante é que os países devem evitar esse acúmulo progressivo, esse aumento progressivo de déficits em conta corrente, financiados via conta de capital, com recursos de curto prazo, porque isso é uma receita de instabilidade que pode fazer com que percepções, seja de natureza política, seja de natureza econômica, seja o que usualmente ocorre, uma combinação de percepções de natureza política e econômica, levem a uma volatilidade enorme, e façam com que reservas, duramente acumuladas ao longo do tempo, sejam reduzidas em curto prazo de tempo.

Mas, mesmo aí, é preciso sempre analisar os dados. O México tinha cinco vezes mais recursos de curto prazo ingressados, via conta de capital, do que o Brasil. Estamos falando aqui em algo em torno de 15 para 75 bilhões de dólares. Não é a mesma coisa. Estamos falando em níveis de reservas totalmente distintos também.

Portanto, mesmo por esse ponto de vista, é preciso olhar como um grão de sal. Estamos falando num déficit em conta corrente no Brasil de menos de metade de 1% do PIB, talvez 0,4 de 1% do PIB, talvez um pouco menos ainda, que não possam, em hipótese alguma, ser financiados via conta de capital. Obviamente, de preferência, com recursos de médio e longo prazos e não com recursos de curtíssimo prazo.

Quero aqui aproveitar para desfazer um equívoco que aparece novamente, por mal informação ou má fé, de que alguém da chamada equipe econômica, ou alguma autoridade econômica teria anunciado que a política do governo brasileiro é uma política de geração de déficits na balança comercial. Nunca foi dito isso por qualquer pessoa de responsabilidade do governo, nem do anterior, nem do atual. O que foi dito, isto sim, é que não há mais justificativas, nos anos 90, para uma política de continuidade de "megassuperávits" na balança comercial.

Tivemos, de 1983 a 1994, em média, mais de 13 bilhões de dólares de superávit comercial por ano. Não há mais nenhuma justificativa para que o País tenha como política gerar excessos de exportações sobre importações de mercadorias dessa magnitude.

É um absurdo deduzir dessa assertiva o fato de que, porque achamos que os superávits – quero sublinhar – comerciais podem ser menores, não precisam ter dois dígitos para sempre, que se deduza daí, de maneira ingênua ou de má fé, que devemos passar

a ter uma política de geração de déficits comerciais, o que nunca foidito.

Não vejo problema em termos superávits comerciais inferiores à média dos últimos dez anos, que foi da ordem de 13 bilhões de dólares. E também não vejo problema algum ter na balança de transações correntes, que é a balança de mercadorias mais serviços, fatores e não-fatores, um pequeno – e quero sublinhar aqui de novo duas vezes a palavra "pequeno" – déficit em conta corrente, que é pequeno, é aquele que possa ser financiado via conta de capital, sem a utilização de recursos de curtíssimo prazo. E pequeno aqui, a que nos referimos, é pequeno mesmo; é algo em torno de 1 ou 1,5% do PIB e não os 9% a que chegou o México em 1994; aos 4% a que já havia chegado em 1991; aos 7%, em 1992; aos 7,5%, em 1993.

Devo lembrar aos senhores que um país como o Chile, por exemplo, que vem pautando a sua conduta, nessa área, por extrema cautela, cuidado e competência, teve, no ano passado, um déficit em conta corrente da ordem de 1,2 bilhões de dólares, que, também, não é muito diferente do nosso, no ano passado. É um economia cerca de dez vezes menor, em termos de dimensão, do que a economia brasileira. O déficit da economia argentina em transações correntes, no ano passado, foi da ordem de 12,5 bilhões de dólares – em reais seria muito menos –, um nível semelhante às suas reservas internacionais; enquanto que o nosso foi da magnitude do chileno, com um nível de reservas internacionais quatro vezes maior e uma economia com uma dimensão, nada mais, nada menos, dez vezes maior.

De modo que tenho confiança na nossa capacidade – quando digo nossa, não me refiro apenas aos responsáveis pela condução da política econômica, nem ao Executivo como um todo, mas nossa como País, como sociedade: o Executivo, o Congresso, o Senado tão bem representado aqui, a sociedade como um todo – de perceber a tempo, olhando a frente, problemas que se podem apresentar e responder a eles de forma adequada.

Ao deparar-me com certas análises, é impressionante o número de vezes em que nelas está implícita a idéia de paralisia, de passividade, de inatividade, de incapacidade de reagir a eventos. Creio que demonstramos, ao longo do último ano e meio, pelo menos, nossa capacidade de olhar adiante, de reagir a eventos, de nos antecipar a eles e de tomar as decisões adequadas no momento que nos parecer certo e oportuno; não no momento em que um analista fora do governo ou um determinado indivíduo ache que uma medida deve ser tomada. Isso é responsabilidade do governo, da qual não pretendemos abrir mão. Mas quero assegurar aos Srs. Senadores que estamos hoje, como estivemos no passado, como estaremos, no futuro, atentos às necessidades de correção de rumo que se façam necessárias para que não se reproduzam no Brasil certos tipos de experiências, como essa que acabamos de relatar, com cujas conseqüências conviveremos durante muito tempo ainda.

Durante vários meses, o México estará tentando lidar com a crise do final de dezembro de 1994, com uma ajuda significativa, agora, de seus principais parceiros. É preciso levar em conta que não existe nenhum outro país em desenvolvimento que tenha, como o México, uma fronteira terrestre de mais de 2 mil quilômetros com país industrializado, desenvolvido, e não há nenhum outro país que tenha avançado tanto com esse processo de integração comercial e financeira com seu grande vizinho desenvolvido do Norte. Quer dizer, a aposta feita pelo México, com respaldo dos seus parceiros, exige, hoje, uma parceria que o próprio pacote, que foi montado, está claramente a indicar.

Creio que as colocações, em leilões, de títulos do Tesouro mexicano, ontem e anteontem, por exemplo, em que a demanda já excedeu em muito a oferta de títulos, mostram que a fase mais

aguda da crise, não vou dizer que tenha sido superada definitivamente, mas a resposta do sistema está caminhando para buscar uma solução que não será rápida e que demandará muitos meses.

Aliás, eu deveria ter feito um comentário também sobre essa questão dos títulos na dívida mexicana, com cláusula de correção cambial, porque vejo em algumas análises, por vezes, semelhança com a nossa situação. O México tem cerca de 30 bilhões de dólares em títulos com cláusula de correção cambial; nós temos 7. No total da dívida mexicana, esses títulos com cláusula de correção cambial representam cerca de metade dela. No nosso caso, são menos de 10% do total.

Poderia acrescentar várias diferenças, mas não quero exceder-me no trato desse tema.

Com a sua permissão, Presidente, passo ao segundo item da agenda – obviamente, estou à disposição dos Srs. Senadores para responder a qualquer pergunta sobre esse assunto –, que diz respeito ao fechamento de agências de bancos federais. Houve, infelizmente, um enorme mal-entendido. Aproveito essa oportunidade para tentar – *nem sempre é possível* – esclarecê-lo.

Como é sabido, criamos, em 1993 ainda, em decorrência de uma análise correta, a meu ver, feita no programa de ação imediata, divulgada em 14 de junho de 1993, um comitê de gerenciamento que reunia os presidentes dos bancos oficiais federais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BASA, BNB, Meridional, BNDES e, também, o Banco Central e o Ministério da Fazenda.

Desde o início, o tema central do programa de trabalho desse comitê, cujas reuniões começaram em 1993 – e temos insistido na proposta desde então –, era o de que faríamos, em algum momento de 94, uma aposta firme contra a inflação. Estávamos confiantes de que haveria uma queda abrupta e significativa na taxa de inflação e de que essa queda teria uma implicação óbvia, mas fundamental: os bancos oficiais federais e os estaduais e os bancos privados, sem exceção, perderiam receita inflacionária associada ao *float*, recursos em trânsito e captação de depósitos passivos não remunerados.

Para V. Ex.^{as} terem uma idéia, na média do sistema, cerca de 30% da receita eram derivados da inflação. Dissemos que a receita cairia de maneira abrupta com a introdução do real; portanto, é preciso que sejam feitas duas coisas desde já. Primeiro, uma preparação de terreno, sob a forma de constituição de colchões, de reservas de liquidez, para enfrentar o baque de uma queda abrupta e significativa da inflação, que virá. Segundo, um inevitável – quero destacar essa palavra – processo de ajuste, do qual ninguém escapará, porque é natural à razão. Se todos foram submetidos ao mesmo fenômeno, a perda da receita inflacionária, de forma abrupta, a não ser que todos resolvessem apostar – o que não recomendo – na volta da inflação, e, portanto, na volta da receita inflacionária nos mesmos níveis anteriores, o ajuste é inevitável.

E qual é o tipo de ajuste? Busca de formas de receita que compensem a perda da receita inflacionária, por um lado, através da cobrança de serviços e tarifas a clientes e usuários de banco e, fundamentalmente, redução de custos. Todas as instituições, sem exceção, estão fazendo esses ajustes e terão que dar continuidade a esse processo ao longo dos próximos meses. Há enormes progressos sendo feitos nessa área.

O que está em questão, vamos falar claramente, é a sobrevivência, a médio e longo prazo, dessas instituições. Deriva uma enorme confiança em função das excelentes conversas que temos tido, ainda no Banco Central e agora, no Ministério da Fazenda, com essa excelente safra de novos governadores eleitos, com equipes extremamente profissionais, montadas para gerir não só as finanças dos Estados como as administrações dos seus respectivos bancos, além da profunda consciência que têm demonstrado não

só do conhecimento da situação do banco, do seu relacionamento com a finanças do Estado, como também com a necessidade inevitável desses ajustes imprescindíveis.

Quero voltar ao assunto de bancos oficiais federais e à notícia sobre fechamento de agências, que tanta celeuma causou, a meu ver, sem tanta razão assim.

Tenho aqui um estudo feito no âmbito do COMIF e devo dizer que foi feito com a participação ativa de funcionários extremamente experimentados, de nível alto, dos bancos oficiais federais. No grupo de trabalho que assina esse relatório, há três altos funcionários do Banco do Brasil, três da Caixa Econômica Federal, três do Banco da Amazônia e três do Banco do Nordeste do Brasil, que, juntamente com funcionários do Ministério da Fazenda e do Banco Central, fizeram detalhadíssima e extremamente cuidadosa análise – mal posso segurar este cartapácio – da situação de agências de cada um dos bancos oficiais federais, concentrando-se em temas como duplicidade, competições, algumas vezes predatórias. Algumas cidades, inclusive de pequeno porte – acredito que não seja fato desconhecido de V. Ex.^{as} –, possuem, lado a lado, na sua praça central ou rua principal, agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste, do Banco do Estado respectivo, às vezes do Banco do Estado vizinho, todos, praticamente, competindo pelos mesmos clientes, pelos mesmos depositantes, pelos mesmos aplicadores, oferecendo, na maioria das vezes, serviços semelhantes a seus clientes, depositantes da sociedade local. Isto significa duplicidade de custos e, às vezes, competição predatória entre instituições federais.

O trabalho feito foi preliminar, de proposta de racionalização da rede de agências de bancos federais, e tinha como propósito envolver diretamente as administrações das instituições.

Quero deixar algo muito claro: não cabe ao Ministério da Fazenda nem ao Banco Central do Brasil decidir, em nome das instituições oficiais federais, o que deve ser feito nessa área de racionalização. Isso foi uma contribuição feita junto com as respectivas instituições para identificar duplicidades e competições que significavam custos e que, em última análise, acabam sendo arcados pela União, como controladora das instituições, ou pelas próprias instituições, que acabam repassando para os seus clientes e usuários; e para propor que tivesse início de uma forma em que o tempo, a maneira e os procedimentos fossem decididos como um ato de gestão de cada instituição, pois não cabe ao Governo Federal, nem ao Ministério da Fazenda, nem ao Banco Central dizer seja ao Banco do Brasil, seja à Caixa Econômica, seja ao BNB, seja ao BASA qual deve ser o número ideal das suas agências, que agências devem ser racionalizadas e que tipo de competição deve ser efetuada.

O que queremos é simplesmente passar uma mensagem. Existe uma grande duplicidade que estamos sugerindo que as administrações dos bancos olhem com atenção e com cautela. Existem agências que os números indicam que são altamente deficitárias e que significam custos para a instituição. Sendo assim, estamos sugerindo que a gestão e a administração de cada banco pense na melhor maneira, à luz da sua responsabilidade pela gestão da instituição, de lidar com o problema.

Isso foi o que ocorreu. O estudo foi terminado no final de 1993, foi discutido em várias sessões do COMIF e a conclusão foi que caberá a cada administração, como um ato de gestão, decidir a maneira de proceder. Estou seguro porque conheço a dedicação, a competência, o profissionalismo e a capacidade de avaliação com que cada administração procedeu e procederá da maneira que lhe pareceu e que lhe parecerá mais adequada, discutindo com as comunidades relevantes. Se a prefeitura deseja ter uma agência da

instituição federal pode contribuir com o prédio, com uma sala ou com qualquer outra coisa, não deixando que o custo fique totalmente com a instituição federal.

É possível, portanto, imaginar várias formas. Não há uma receita geral. Cada caso é um caso. Entretanto, gostaria de situar isto num contexto mais amplo. Isso é um aspecto desse ajuste maior inevitável a que me referi anteriormente e uma preocupação com algo que há de ser uma preocupação constante da atual administração, que é a maior eficácia na gestão da coisa pública. Aí se inclui, obviamente, a eficácia na gestão de um banco e uma preocupação para evitar o número excessivo de agências deficitárias ou que envolvam duplicidades desnecessárias.

Não sei de onde surgiu o número, nunca me referi a ele. O número de agências que foi identificado neste estudo é da ordem de 400 e poucos. Como existem cerca de 6 mil agências no Brasil como um todo, alguém, aparentemente, teria mencionado cerca de 10%, surgindo o número de 600 e daí essas bolas de neve que o Governo Federal decidiu com o Ministério da Fazenda e com o Banco Central. E, quero repetir, isso é uma decisão de cada administração como um ato de gestão.

O que o Governo Federal e o Banco Central têm dito é que o ajuste precisa ser feito e essa questão de racionalização da rede de agências é um, e apenas um, dos elementos de ajuste. De novo estou à disposição para responder a qualquer pergunta sobre este tema.

Passarei agora ao terceiro tema que é a intervenção. E a palavra não é intervenção, a palavra é regime de administração especial temporária que, no final de 1994, o Banco Central, ao abrigo da Lei nº 2.321, submeteu o BANESPA e o BANERJ. Por que isso aconteceu e quais são as suas implicações?

De novo quero me reportar ao tema inicial do tópico anterior. Todas as instituições financeiras brasileiras, sejam estaduais, sejam federais, sejam privadas, sofreriam – e já sabíamos anteriormente – com a perda da receita inflacionária. Eu dizia à época, como Presidente do Banco Central, que a responsabilidade do Banco Central era fazer com que esse ajuste inevitável tivesse lugar da maneira menos traumática e mais ordenada possível. Penso que viemos cumprindo esse objetivo desde então.

O que ocorreu com o Banespa e com o Banerj? Antes, gostaria de mencionar um fato que distingue esses dois bancos do restante dos bancos estaduais, já que todos os bancos estaduais, sem exceção, têm que fazer esse ajuste a que me referi anteriormente. Entretanto, existem mais dois problemas que não são generalizados e generalizáveis e não devem sê-lo, pois quando são feitos de forma irresponsável, acabam afetando bancos que estão indo bem no seu processo de ajuste e que merecem respaldo e não críticas indevidas.

Esses dois bancos, além do problema do ajuste inevitável, tinham dois outros tipos de problemas: na sua carteira de ativos, no total das suas operações de crédito, um volume extremamente elevado de operações de crédito contra o próprio Estado ou empresas do Estado – legados do passado que não me cabe julgar; algo que foi se acumulando ao longo de anos. Não é algo que possa ser generalizado. Há, por exemplo, um banco de porte razoável, que freqüentemente é colocado no mesmo grupo do BANESPA e do BANERJ, e na verdade não deveria sê-lo. Refiro-me ao BANRISUL, que não tem, na sua carteira de ativos e nas suas operações de crédito, nada significativo de operações de crédito contra o Estado ou contra empresas do Estado. Um número, não obstante, com freqüência é colocado na mesma categoria de bancos que têm este volume grande de operações de crédito. Creio que é algo que deve ser evitado, porque, primeiro, não corresponde à verdade dos fatos e depois leva pessoas não informadas à percepção de que o

banco tem dificuldades que, na verdade, não tem. Então, é preciso uma enorme cautela ao fazer comentários sobre situações de bancos.

Além desta questão, há uma terceira, que é a da rolagem da dívida mobiliária dos Estados respectivos, que, de novo, é um problema de apenas cinco, no máximo seis bancos estaduais e, portanto, não pode e não deve ser generalizado aos vinte e sete bancos estaduais brasileiros, que não têm esse problema.

Pois bem, no Banerj e no Banespa havia os três tipos de problemas a que me referi anteriormente: o ajuste inevitável, derivado da perda da receita inflacionária; a dívida mobiliária dos estados, que era a rolagem uma responsabilidade dos bancos e créditos contra o Estado e empresas do Estado.

Às vésperas do Plano Real, ainda antes de 1º de julho, o Banco Central, autorizado pelo Conselho Monetário Nacional, começou a fazer operações de venda a termo de letras do Banco Central com o simultâneo bloqueio de títulos estaduais no seu líquido, de forma a reduzir o custo de financiamento ou do carregamento da dívida mobiliária estadual por esses bancos.

Isso começou a ser feito para esses dois bancos em junho. Em setembro, esse processo teve continuidade. O Banco Central passou a fazer a mesma operação, agora aceitando, além de garantias reais, sempre exigidas, também a possibilidade de aceitar os próprios títulos estaduais, desde que na proporção de 1,1 títulos estaduais para cada um de LBC nessa operação de venda a termo, sempre de curto prazo, e também permitiu reduzir o custo do endividamento. Isso não significa injeção de recursos nos bancos. Era simplesmente uma operação de troca de títulos estaduais por títulos federais, por um período curto de tempo; operação a ser renovada a curto prazo e obviamente com condições que o Banco Central impôs a essas instituições.

Mas eu gostaria de chamar a atenção para o caso do BANESPA e do BANERJ quanto à ida ao redesconto, que começou esporadicamente. No caso do BANESPA, no dia 15 de setembro; depois 4, 5 e 6 de outubro. Mas, a partir do dia 27 de outubro, presença diária e permanente no redesconto e empréstimo de liquidez no Banco Central. Não sei se é possível ver, mas neste gráfico de barras aparecem as entradas esporádicas a partir de 15 de setembro, que é a primeira barra. Aqui no início, temos a primeira semana de outubro e, a partir de 27 de outubro, uma presença diária constante e permanente no redesconto e com uma tendência crescente desde então, até o dia 29 de dezembro.

A mesma coisa no âmbito do Banerj. Uma entrada primeira no dia 6 de outubro; dias 17, 18 e 19 e depois 24 a 7 de novembro, e a partir de 15 de novembro uma permanência diária continuada e crescente no redesconto empréstimo de liquidez do Banco Central.

Chegamos ao ponto de, nos dois últimos dias úteis de dezembro de 1994, em particular na véspera em que tomamos a decisão, submetê-los ao regime de administração especial temporária, porque não tínhamos alternativa pela lei, na medida em que os dois bancos não conseguiram zerar as suas posições no dia em que tomamos a decisão, pois o Banco Central tinha apenas duas decisões legais a tomar: uma, ao abrigo da Lei nº 6.024, decretar a liquidação dos dois bancos com todo trauma que isso significa; a outra, usar a Lei nº 2.321 e submetê-los a esse regime de administração especial temporária, que tem a grande vantagem de permitir que os bancos continuem funcionando normal e regularmente.

Quero aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, expressar meu reconhecimento ao profissionalismo, à competência, ao espírito público e à dedicação do funcionalismo, tanto do BANESPA quanto do Banerj, que tem permitido que os dois Bancos funcionem normalmente, atendendo aos seus clientes e melhorando a sua situação.

Há vários dias, o Banerj já saiu do redesconto. Hoje, o Ba-

nerj tem uma pequena proporção no redesconto, o que é um sinal de que as duas instituições estão sendo geridas com a competência habitual, com profissionalismo e com uma administração temporária do Banco Central.

Qual o resultado desse regime? Pelo Decreto-lei nº 2.321, tanto o Dr. Eduardo Gomes quanto o Dr. Altino Cunha, no caso do Banerj, têm um prazo máximo de 60 dias – pedimos que esse prazo fosse encurtado – para, primeiramente, fecharem o balanço do final do ano de 1994 e para apresentarem ao Banco Central e ao Ministério da Fazenda um relatório circunstanciado da situação em que se encontra o Banco e propostas sobre o seu futuro, que já estão contempladas no Decreto-lei nº 2.321.

Estou convencido de que esse relatório será apresentado em tempo hábil e de que constituirá a base para que, num esforço cooperativo entre Banco Central, Ministério da Fazenda e o Governo Federal, seja possível equacionar o problema dos dois Bancos e buscar uma saída dentre as que contempla o Decreto-Lei nº 2.321.

Quero dizer que estou absolutamente convicto de que não há solução para problemas de bancos estaduais sem esse tipo de esforço cooperativo entre esta nova e excelente safra de Governadores, seus respectivos Secretários de Fazenda, as administrações extremamente profissionais e competentes dos bancos estaduais atuais e o Governo Federal, Banco Central e o Ministério da Fazenda.

Estou convencido de que, com essa cooperação, seremos capazes de equacionar o problema da dívida mobiliária, que já vem sendo equacionada. Sob certo aspecto, já estamos caminhando na direção de uma relativa federalização dessa dívida como contrapartida para o inevitável ajuste a que me referi anteriormente. O Estado e o Banco terão que encontrar uma solução para a dívida que o Estado e suas empresas têm para com esse par de bancos a que me referi anteriormente.

De modo que o trabalho está em curso. Só gostaria de enfatizar que seria absolutamente ingênuo imaginar que uma economia pode passar de uma taxa de inflação de 40% ou 45% ao mês para uma taxa de inflação – o Dr. José Roberto acabou de me informar o número da FIPE –, na segunda quadrissemana, no mês de janeiro, de 1,19%, com o Sistema Financeiro sem qualquer tipo de alteração, olímpicamente ignorando as implicações da queda de inflação.

Quero crer que a nossa responsabilidade maior é a de tentar consolidar essa queda de inflação. Tenho dito que, a meu juízo, não há outra maneira de interpretar o mandato que o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu nas urnas se não no sentido de criar condições para a consolidação do avanço que conseguimos até agora no *frontonário*, ao mesmo tempo em que procuramos retomar o crescimento – refiro-me aqui aos 5,3% de crescimento real do PIB em 1994 –, manter o investimento na economia brasileira de forma sustentada e lidar com os nossos, lamentavelmente ainda significativos, desequilíbrios na distribuição de renda, de riqueza e nas nossas mazelas sociais.

Quero concluir esta oportunidade histórica. Penso que o grande desafio que todos nós temos – não só o Executivo, como também o Congresso, o Judiciário e a própria sociedade brasileira – é o de mostrar, não no discurso, mas na prática, que é possível compatibilizar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional, a retomada do crescimento e do investimento em bases sustentadas e a redução progressiva das nossas terríveis desigualdades sociais. Certamente, como Nação, seremos capazes de nos elevar à altura desse desafio.

Peço desculpas por ter-me estendido demais. Estou à disposição dos Senadores para responder a perguntas e para prestar esclarecimentos a respeito dos temas sobre os quais fui convidado a debater, hoje, no Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo à Presidência do Senado Federal, para que solicite que não haja votação de matéria importante enquanto estivermos ouvindo o Ministro da Fazenda Pedro Malan, porque senão nenhum dos Senadores aqui presentes terá tranquilidade de poder argüi-lo sobre matéria tão relevante.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, concordo plenamente com o que disse o Senador Eduardo Suplicy. Já falei sobre isso com o Presidente do Senado Federal, que disse que nos informará sobre esse assunto. Enquanto estivermos aqui, o Senado não se reunirá para votar matéria importante.

Peço que a assessoria de V. Exª e a da Presidência fiquem atentas, para, se for o caso, sermos chamados.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O SR. SALDANHA DERZI – Gostaria de chamar a atenção da Casa para o fato de que todos os Srs. Parlamentares foram insistentemente informados do comparecimento do Ministro Pedro Malan; é possível que haja outras convocações de urgência. No entanto, não houve presença constante nesta reunião. Por isso, chamo a atenção de V. Exªs para que isso não se repita.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Antes de dar a palavra ao próximo Senador, pergunto ao Dr. Pedro Malan da possibilidade de nos fornecer cópia do relatório que mostra a radiografia do sistema financeiro estadual e federal do nosso País, assim como de outros documentos também, tais como o do caso específico do desenvolvimento, dos saques a descoberto, gráfico sobre o BANESPA e o BANERJ com o intuito de melhor orientar os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Sr. Presidente, devo dizer que fui um signatário do requerimento, porque fui o primeiro a chegar. Quando fiz esse requerimento, não o fiz com fins políticos, mas no sentido de ouvir o Ministro e também o pensamento do Governo para, então, levá-lo ao meu Estado.

Ouvi com muita atenção o Sr. Ministro. No tocante ao fechamento de agências do Banco do Brasil, S. Exª disse que houve má interpretação, pois que não afirmara da forma que a imprensa noticiou. Isso já me deu alguma alegria. Penso que a nossa posição de Parlamentar não é apenas a de aplaudir ou criticar, mas mostrar onde pode haver um erro prejudicando a boa intenção do Governo.

Sr. Ministro, em poucas palavras, pois sei que o tempo de V. Exª como o dos Srs. Senadores é curto, mas o Banco do Brasil é um banco secular; recebeu inicialmente esse nome por ser o banqueiro do Brasil, pois todo dinheiro ficava naquela Instituição que o geria.

A partir de 1986, o Conselho Monetário Nacional votou retirando a conta movimento do Governo do Banco do Brasil, que deixou de ser o banqueiro oficial do Governo.

Fico satisfeito em saber que meu colega, o Senador Pedro Simon, como Ministro, foi o único voto na reunião do Conselho Monetário Nacional, contrário à retirada da conta movimento do Banco do Brasil. Então, a partir daí, o Banco do Brasil não era mais o banqueiro do Brasil.

Numa rápida digressão, eu diria até que a penúltima diretoria tentou mudar o nome do Banco para Banco Brasil. Não era mais "do Brasil", por não mais ser o banqueiro do Brasil. O movimento dos funcionários foi no sentido de não deixar ocorrer a mudança no nome daquela Instituição.

Com a retirada da conta movimento, saíram as vantagens, mas ficaram os ônus decorrentes de um banco que tem uma função social. O Banco do Brasil, a exemplo do Banco do Nordeste, do BASA, da Caixa Econômica Federal e de outros bancos do Governo, não têm apenas a função comercial, mas a obrigação social. Pelo menos este foi o entendimento quando entrei naquela Instituição, em 1943.

Pois bem, Sr. Ministro, quando dessa reunião do Conselho Monetário a que me referi, retirando a conta movimento do Banco do Brasil, o Conselho Monetário Nacional dizia que, para as operações de interesse do Governo Federal, teria que haver um prévio aporte de recursos por parte do Tesouro Nacional. Ou seja, o Governo não podia mandar o Banco arcar com um ônus sem ter feito o aporte do numerário. Isto porque, em termos de Banco do Brasil, até hoje não houve, em nenhum momento, um pedido, por parte do Banco, nem tampouco o atendimento, por parte do Governo, em suprir qualquer déficit do Banco.

O Banco do Brasil é uma das empresas em que o Governo é o maior acionista e que jamais usou o Governo ou o dinheiro do Governo Federal. Diria que usou até 1986, como banqueiro que era do Banco, e tinha conta de movimento; mas o Governo, que é o grande acionista do Banco, é às vezes o seu maior cliente e se porta até como predador do próprio Banco do Brasil. Ou seja, o Governo Federal faz no Banco do Brasil o que muitos governos estaduais fizeram com seus bancos oficiais. Falo isso com tranquilidade, porque fui Governador, e o Governo do Maranhão jamais levantou qualquer empréstimo no Banco do Estado do Maranhão, como Governo, ou por suas empresas, em administração no Banco de Estado do Maranhão.

Mas o certo é que, Sr. Presidente, a função social do Banco faz com que o financiamento agrícola seja determinado pelo Governo. O Banco age como agente social. Quando captava a 25%, emprestava a 12%, porque essa era a determinação do Governo, e este, depois, iria pagar a diferença. Nunca pagou. Mas a função social do Banco existiu, e o Banco – não diria – teve o prejuízo, porque além do financiamento agrícola, há mais emprestado em nome do Tesouro, operação feita com recursos do Banco e risco do Tesouro; operações com recursos da empresa, por determinação do Tesouro, mas que não são honradas pelo Governo Federal. E o que acontece com isso? A dívida é reconhecida, e isso cria problemas, porque quando a dívida é reconhecida, ela é contabilizada, e contabilizada como recurso da empresa. Não há como dizer que não paga. Aqueles recursos estão contabilizados, e acontece até a retribuição aos acionistas sobre o lucro, que, na realidade, não houve, porque o Banco não foi ressarcido pelo Tesouro Nacional.

Mas não é esse o problema. A minha dúvida não é quanto ao que o Governo vai pagar, quando vai pagar. O que me preocupa é que, na minha região, no meu Estado, a cada agência do Banco do Brasil, foi como uma semente plantada e adubada pelo Banco do Brasil. E começou a florescer uma economia. Cada Município que recebeu uma agência do Banco, de repente, começou a caminhar. E V. Exª fala que numa mesma praça havia uma agência do Banco do Brasil, uma da Caixa Econômica Federal e uma do Banco do Nordeste. Na realidade, são linhas de crédito diferentes. A função da Caixa Econômica Federal é uma, a do Banco do Brasil é outra. Eles podem até disputar o depósito, mas jamais darão a seus clientes mais do que os juros e serviços diferenciados. Eles não têm condições de financiar o que um tem na sua pauta de trabalho

e não na dele. O Banco do Brasil jamais financiou aquisição de imóveis. A Caixa Econômica jamais financiou a produção rural.

Então, esse trabalho de que V. Exª fala, se não me falha a memória, ou se alguma informação não está errada, implica na ameaça de fechamento de 01 agência no Acre, 13 em Alagoas, 58 na Bahia, 27 no Ceará, 13 no Espírito Santos, 9 em Goiás, 21 no Maranhão, 13 em Mato Grosso, 38 em Minas Gerais, 9 no Pará, 21 na Paraíba, 8 no Paraná, 24 em Pernambuco, 5 no Piauí, 11 no Rio Grande do Norte, 23 no Rio Grande do Sul, 8 no Rio de Janeiro, 18 em Santa Catarina, 25 em São Paulo, 12 em Sergipe e 2 no Tocantins. Mas não é por excesso de agências não, Sr. Ministro. O jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje diz:

"Banco do Brasil tem 6 agências só em um bairro do Rio de Janeiro."

São 6 agências só em Copacabana. Mas é um ponto comercial. Nenhuma das 6 vai ser fechada nesta medida do Governo. O que se pretende no Rio de Janeiro não é nenhuma das agências de Copacabana. No Rio de Janeiro, se V. Exª me permite, eu diria que, hoje, as agências ameaçadas são Areal, Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Imoá, Itacalha, Natividade e Rio Claro. Então, são agências de cidades pequenas.

A pergunta que faço agora a V. Exª é: Quem suprirá os Bancos oficiais na sua função social de desenvolvimento deste País?

Segunda pergunta: Os Bancos oficiais vão limitar-se a competir apenas na condição de Banco comercial?

Terceira pergunta: A equipe econômica que V. Exª comanda – não tenho dúvida que comanda porque o anúncio, porquanto tenha sido mal interpretado, foi feito por V. Exª, quando ainda não tinha sido aprovado nem o nome do Presidente do Banco Central, e até hoje o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os outros Bancos oficiais estão sem presidente. Então V. Exª comanda. Qual é o pensamento de V. Exª ao comandar esses Bancos? Tem ou não o pensamento voltado para o desenvolvimento de um país onde são díspares as condições? As disparidades regionais são gritantes. A diferença entre o Norte, o Nordeste e o Sul do País é terrível! O binóculo de V. Exª está voltado para o interior desses grotões do Norte e do Nordeste, que precisam ser desenvolvidos? Precisam ser desenvolvidos até mesmo para evitar o movimento migratório que incha os Estados desenvolvidos, que incha as grandes cidades e que deixa no desespero, na marginalidade das cidades, uma população que precisa trabalhar e que precisa de alguém que leve a função de desenvolvimento para suas terras, a fim de que eles consigam ficar lá e viver e não apenas sobreviver.

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Senhor Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Gostaria de agradecer ao Senador Epitácio Cafeteira suas sempre lúcidas e articuladas palavras.

Vou responder às suas perguntas, mas, antes, não posso me furtar de fazer um comentário de natureza geral sobre a direção que vêm tomando as questões na área de relacionamento do Banco Central com o Banco do Brasil e com o Tesouro ao longo dos últimos anos. Estou convencido de que o objetivo de tal direcionamento é conferir maior transparência à política monetária e à política fiscal, bem como maior transparência no relacionamento entre Banco Central e o Tesouro e entre o Banco Central e o Banco do Brasil.

Vou dizer aqui, correndo o risco de ouvir algumas discordâncias por parte de alguns parlamentares, que considero correta a decisão tomada anos atrás no sentido de que o Banco Central do Brasil não mais tivesse uma carteira de crédito agrícola. Apesar de

argumentos do tipo do que acabamos de ouvir do Senador Epitácio Cafeteira serem utilizados para indagar por que não ter o Banco Central uma carteira de crédito agrícola ou industrial, porque ele deveria também estar preocupado com o desenvolvimento econômico-social do País, eu lembro que em nenhum lugar do mundo existe um Banco Central que seja Banco de fomento, que tenha carteiras destinadas a fomento de atividade agrícola ou industrial, embora elas sejam – o Senador tem toda a razão – absolutamente fundamentais para definir o que o País vai ser no futuro, não só como economia mas também como sociedade.

Considero correta também – perdoe-me, meu velho amigo Pedro Simon – a maneira pela qual se lidou com a conta-movimento, que era na verdade uma linha que dava ao Banco do Brasil capacidade de emitir moeda mediante acesso a recurso do Banco Central. Foi correta a decisão de cortar aquele cordão umbilical que conferia ao Banco do Brasil, indiretamente, a capacidade de um Banco emissor, de formas um tanto veladas.

Também foi correta a decisão no sentido de acabar com o orçamento monetário, que na verdade era um orçamento fiscal disfarçado, era uma forma de ter outro orçamento que não o dirigido a esta Casa, que aqui é discutido e que expressa as opções do Governo. Era uma forma de permitir que um número extremamente reduzido de pessoas tivessem um orçamento *para*fiscal com o nome de orçamento monetário.

Essas e outras decisões, como a de separação de contas do Banco Central e Tesouro, que tomamos recentemente, todas caminham na direção correta de conferir maior transparência, de separar o que é política monetária do que é política fiscal e de fazer com que o Banco Central se preocupe com aquilo que é sua responsabilidade primeira, ou deveria ser, que é a de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional. O Banco Central aqui, como em qualquer país do mundo, não deve ser um Banco de fomento.

Dito isso, volto à preocupação, correta, do Senador Cafeteira. Mas, e o Banco do Brasil? E os outros Bancos oficiais federais? Não têm eles responsabilidade de fomentar e contribuir para o desenvolvimento do País? A resposta é sim, têm, e o fazem. O Banco do Brasil é o grande Banco da agricultura brasileira. Foi no passado, é hoje e continuará sendo no futuro, e eu espero que cada vez mais com maior eficiência e eficácia. Tenho grande respeito pela competência e profissionalismo dos funcionários do Banco do Brasil, que já demonstraram, na prática, a enorme experiência acumulada, e a memória institucional que tem o Banco.

De modo que estou convencido, para responder à pergunta de V. Ex^a, de que tanto o Banco do Brasil, quanto a Caixa Econômica, quanto o Banco do Nordeste, quanto o BASA, tem um enorme papel a desempenhar em termos de promover o desenvolvimento econômico e social do País. No caso do Banco do Brasil, a agricultura e o comércio exterior; no caso do BNB e BASA, o desenvolvimento econômico e social das suas respectivas regiões, e no caso da Caixa, nas funções, como bem notou V. Ex^a, em que ela vem se especializando ao longo dos anos.

Mas quero dizer que não discordo, de forma alguma, de tudo que V. Ex^a disse a esse respeito.

Entretanto, Senador, quero reafirmar aqui que eu jamais disse, em tempo algum, que eu, como Ministro ou como Presidente do Banco Central, tinha decidido. Em primeiro, porque não é meu estilo dizer que farei tal coisa dessa maneira. Prefiro fazer e depois dizer que fiz, ao invés de anunciar o que vai ser feito. Mas, no caso específico, quero reiterar o que eu disse aqui: no dia em que dei uma entrevista coletiva quando anunciei que o Presidente do Banco do Brasil seria Paulo César Ximenes e que o Presidente da

Caixa Econômica Federal seria Sérgio Cutolo dos Santos, a resposta à pergunta de alguns jornalistas – “O que farão essas novas administrações? Não tem um estudo do COMIF sobre racionalização de agências?” – foi: Existe, sim, um estudo do COMIF. Não me lembro mais o número de agências que estão propostas lá para que sejam objeto de estudo e racionalização por parte de cada instituição. Portanto, não cabe a mim, fosse na posição anterior, de Presidente do Banco Central, fosse como Ministro da Fazenda, determinar o número de agências que deveria ser objeto de análise. Tenho confiança nos presidentes e nas diretorias dessas instituições, e eles saberão, como atos de gestão, identificar o que é melhor para a instituição. E devo dizer aqui, Senador, que não vejo nenhuma diferença, nenhuma incompatibilidade entre a identificação, por parte das administrações, do que é melhor em termos de gestão eficaz das instituições e as contribuições respectivas que podem dar para o desenvolvimento econômico e social, seja do País, seja para as várias regiões em que atuam. Eu, infelizmente, não vejo o fio lógico de raciocínio que diz que a única maneira que essas instituições têm de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País como um todo, ou de determinada região, ou de determinado Estado, ou de determinado Município, é lá ter uma agência bancária. O mesmo raciocínio se aplica para todas as outras instituições oficiais federais, que também lá deveriam ter uma agência.

Havia um enorme sentido, um estímulo para que isso tivesse lugar, uma expansão capilar de redes de agências, quando elas estavam – e V. Ex^a reconheceu isso – competindo, sim – quero enfatizar aqui –, pelos recursos de depositantes, fossem depósitos à vista, fossem depósitos a prazo, fossem cadernetas de poupança, fossem CDB emitidos pelos Bancos respectivos. Aí estão competindo com um *pool* de recursos disponíveis naquela região, naquela comunidade. Estão competindo, sim, por recursos, e podem, dependendo da situação, nessa competição, acabar prejudicando sua própria instituição ou as outras ao ter que oferecer, numa competição um tanto predatória, remunerações crescentes que acabam afetando a saúde da instituição financeira consolidada. V. Ex^a tem toda razão ao dizer que as instituições, apesar de estarem captando recursos num *pool* comum, têm atribuições distintas. O Banco do Brasil financia a agricultura; a Caixa Econômica, a habitação; o BNB e o BASA, projetos de interesse do desenvolvimento da região. Foi isso exatamente que o COMIF propôs. Não mandou nada, não tomou nenhuma atitude autoritária. Ao contrário, propôs no estudo que as administrações dessem uma olhada cuidadosa nas possibilidades de duplicações que talvez pudessem ser evitadas. Volto a insistir: cabe a cada instituição decidir a melhor maneira de encaminhar esse assunto.

Eu queria assegurar, em primeiro lugar, Senador, que tenho o pensamento voltado para o desenvolvimento do País, para o que ele vai ser no futuro, porque eu penso, como V. Ex^a, como todos aqui presentes, em meus filhos e netos. Estou seguro de que não basta a estabilização da moeda e que é preciso a retomada do investimento, do crescimento. Estou convencido de que precisamos desenvolver socialmente o País também. É exatamente por isso que me preocupo com a eficiência na gestão da coisa pública, da qual eu não excluo a eficiência e a eficácia com que são geridas instituições financeiras federais ou estaduais. Não é o caso de discutirmos aqui qual deve ser a decisão da agência da instituição federal A no Município X. De novo, isso cabe a cada qual deve ser a decisão da administração do Banco?

Não creio que os movimentos migratórios que existem – V. Ex^a notou muito bem – de regiões mais pobres do País para grandes centros urbanos seriam automaticamente eliminados se tivéssemos em cada Município brasileiro uma agência ou mais de uma

de todas as instituições financeiras federais.

Estamos lidando aqui com situações da economia real e por isso não bastaria a instalação de uma agência para assegurar a permanência das pessoas que não encontram emprego numa determinada região.

Gostaria de concluir, dizendo que não vejo diferenças significativas, assim como V. Ex^a, exceto numa discussão detalhada: se a agência do Município X poderia ou não estar na lista preliminar preparada pelo COMIF, um detalhe no qual não quero entrar, com o papel fundamental do Banco do Brasil, da Caixa, do BASA e do BNB como contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, da região, do Estado e dos Municípios em que atuam.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Sr. Ministro, fico contente com as declarações de V. Ex^a, pois percebo que são as mesmas que eu tenho, pelo menos no que diz respeito ao bem-estar do povo.

V. Ex^a tem a responsabilidade de dirigir este País no que tange à sua economia, mas a economia do que já tem. E eu, como Senador, tenho que lutar por uma economia que ainda haverá. Eu quero que ela exista.

Quando disse que o movimento migratório diminuiria, não é porque essas agências vão dar empregos. Tenho até a impressão de que muitas pessoas que estão trabalhando nesses lugares gostariam de ver fechadas as agências para serem transferidas para cidades melhores. O certo é que ninguém se desloca para fazer aplicações em uma cidade onde não tenha uma agência bancária que possa complementar o seu capital na hora de desenvolver um negócio, seja ele agrícola, pecuário ou industrial. Essas agências devem existir por uma necessidade de sobrevivência desse próprio local e das perspectivas de desenvolvimento.

V. Ex^a não viu, como eu, um "pau-de-arara" com 50, 60 ruralistas aposentados, homens velhos, quase morrendo, pagando uma fortuna por um transporte para receber uma pensão a uma distância de 50, 100 ou 200 km. Apavoram-me essas coisas. Apavora-me saber que o quadro social é importante, e que a administração de V. Ex^a no Ministério da Fazenda, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tem muito a ver com o equilíbrio da balança econômica. Mas é uma administração feita para um país que já existe, e existe com os seus problemas. O problema da moeda é importante, mas o problema social em que vive a nossa população nos grotões é muito sério, Sr. Ministro!

Quero, neste momento, como Senador pelo Maranhão, pedir a V. Ex^a que não se louve apenas nas declarações dos técnicos; ouça nosso Presidente, que é um sociólogo. Vamos olhar o País do ponto de vista do povo. V. Ex^a tem que administrar este País e não um país que seria ideal. Não vamos construir um país para esta administração; ao contrário, vamos usar esta administração para administrar um país sofrido, de um povo sofrido, que hoje tem uma moeda forte, mas que tem uma vida muito difícil.

Então, quando vejo que existem seis agências em apenas um bairro do Rio de Janeiro e sei que nenhuma delas será fechada, e no meu Estado existem 21 agências ameaçadas de fechamento, fico preocupado.

Foi por isso que fiz um requerimento pedindo a presença de V. Ex^a. Não foi para fazer um discurso de crítica, o que seria muito fácil. O que eu queria ter, e estou tendo, era uma conversa com V. Ex^a para falar em nome da minha gente, o povo que deixei no Maranhão e que, na hora em que essas agências forem fechadas, V. Ex^a pode estar certo, vai-se iniciar um retrocesso no desenvolvimento já iniciado nesses Municípios.

Muito obrigado a V. Ex^a, de qualquer maneira, por sua declaração: primeiro, de que não determinou o número de fechamentos; segundo, de que há apenas um estudo, mas não uma decisão. E para que não haja uma decisão que amanhã possa trazer mais sofrimento para uma gente já tão sofrida, mas que tem uma grande esperança no Governo Fernando Henrique Cardoso e que lhe deu maioria absoluta no primeiro turno, exatamente para que não haja a tristeza de uma decepção, depois de ser plantada tão grande esperança.

Muito obrigado a V. Ex^a pelos esclarecimentos que deu.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Cumprindo, agora, uma inversão de inscrição, mutuamente concedida pelo Senador Esperidião Amin e pelo Senador Eduardo Suplicy, passamos a palavra ao Senador Pedro Simon. Em seguida, continuaremos a ordem de inscrição.

V. Ex^a, Senador Esperidião Amin, passa a ser o último, e o Senador Eduardo Suplicy, o penúltimo, seguindo essa inversão de pauta.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, ao Senador Esperidião Amin e ao Senador Eduardo Suplicy.

Realmente, tenho de ir ao plenário para fazer o debate sobre os dois projetos que serão votados agora.

Alegria, Sr. Ministro, de vê-lo aqui, de constatar que V. Ex^a é um vencedor, que adquiriu a credibilidade desta Casa, do Brasil e do exterior.

V. Ex^a conduziu, excepcionalmente, a dívida externa; conduziu-se excepcionalmente no Banco Central; e, tenho certeza, haverá de se conduzir com grande competência no Ministério da Fazenda.

Tenho dito, Sr. Ministro, que vivemos a situação mais importante da história deste País. Estou repetindo isso, todos os dias, para todas as pessoas com quem falo, porque acho importante nos compenetrarmos nisso que está acontecendo.

O Brasil de V. Ex^a e do Presidente Fernando Henrique vive o momento mais importante da sua história. Desde Cabral até Fernando Henrique, nenhum cidadão, rei, ditador ou presidente teve a chance ou a oportunidade que estamos tendo agora. E temos de aproveitá-la. A presença de V. Ex^a é um sinal de que temos condições de chegar lá.

Quero dizer a V. Ex^a que votei contra a revogação da conta-movimento, porque não me apresentaram nada, no final, do que aconteceria.

Naquele momento, o Banco do Brasil se apresentava como o grande móvel da agricultura brasileira. Havia o argumento de que a conta-movimento era uma conta sem fundo, cujos valores iam sendo gastos e da qual ninguém prestava conta.

Sugeri que analisássemos o que iria acontecer. Tirar isso do Banco do Brasil, sem acontecer nada? Com todo o respeito, eu disse o que ia acontecer, mas eles pediram que não nos preocupássemos e garantiram que iriam achar a solução. Até hoje ela não apareceu. Saiu a conta-movimento; o Banco do Brasil deixou de ser o grande Banco, o maior Banco da agricultura do mundo, e não veio o seu sucessor.

Em segundo lugar, é até estranho o que vou dizer, mas não gostaria de estar na posição de V. Ex^a, porque qualquer decisão que tomar não será 100% certa.

Pela análise feita, no sentido frio, das agências do Banco do Brasil, tem razão V. Ex^a. Estamos marchando para a competitividade num mundo onde não pode mais haver uma inflação de 50 ou 60%. Temos de baixá-la, ter juros reais de países de Primeiro Mundo; e o Banco do Brasil não se pode dar ao luxo de ter uma

agência deficitária. Quer dizer, tem de ser um Banco ágil, moderno, em condições de competir, inclusive. Isso é verdade.

Mas o que o Senador Epitácio Cafeteira diz também é verdade. Quando S. Ex^a fala – e também o faço pelo Rio Grande do Sul – que há Municípios que giram, praticamente, em torno do Banco do Brasil e que o fechamento de uma agência pode determinar o extermínio de tais Municípios, trata-se de uma verdade. O mesmo digo em relação a toda a região.

Então, não sei, sinceramente. V. Ex^a é economista, e o Presidente da República é sociólogo; talvez os dois devessem sentar juntos para fazer uma análise onde estivesse presente o economista e também o sociólogo, da qual sairá a decisão final.

Honestamente, não tenho resposta para isso, digo-lhe, com toda a sinceridade. Entendo as argumentações apresentadas de que os Bancos não podem chegar à situação de baterem à porta do Banco Central para pedir mais dinheiro. Isso tanto os Bancos estaduais quanto os federais têm de equacionar; mas essa situação, em termos de Banco do Brasil, é absolutamente correta.

Em terceiro lugar, acredito, Sr. Ministro, que estamos vivendo o momento da fixação de idéias, e não trazer as medidas de impacto, repentinamente, sacudindo o Brasil. Há muitas pessoas que já estão perguntando porque essas medidas não vêm.

Penso que quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso diz que o seu governo é um governo para quatro anos, Sua Excelência está certo. Acredito nos estudos que V. Ex^as estão fazendo e nas análises que estão sendo feitas. E diga-se de passagem que é um Governo que continua, não é um Governo continuísta. Esse foi o discurso do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso aqui no Senado, quando se despediu, e no Congresso Nacional, quando tomou posse.

V. Ex^a saiu do Banco Central e foi para o Ministério da Fazenda, isto é, o Sr. Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda, candidato, e a rigor continuou conhecendo os assuntos. Desse modo, é uma equipe que está preparada. E sendo tão preparada, tem condições para trazer medidas a médio e a longo prazos.

Tive as argumentações apresentadas por V. Ex^a com relação ao México, e aceito-as totalmente. Mas V. Ex^a concorda que é bom debatermos essa matéria, para que V. Ex^a tenha a oportunidade de repetir o que tem dito: que lá houve a morte do candidato, a morte do Presidente do Partido, há um problema gravíssimo no Sul com relação às pessoas que querem a independência, e há aquilo que se dizia: pobre do México, tão perto dos Estados Unidos e tão longe de Deus. Eles fizeram aquela integração, mas aquela integração tem o seu lado complicado. Como bem diz V. Ex^a, nós temos relações comerciais de exportação e importação com o mundo inteiro, e o México praticamente tem uma importação dependendo quase totalmente dos Estados Unidos.

No entanto, é melhor prevenir do que remediar. É boa a presença de V. Ex^a aqui, e é bom analisarmos e esclarecermos, porque de repente se acontecer alguma coisa, não sei, por exemplo, qual foi o déficit na balança comercial no mês de dezembro. Na verdade, a inflação foi de 0,5% ao mês, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse da tribuna que as reservas já são em torno de US\$40 bilhões, e que agora a questão é o desenvolvimento do País, pois não há necessidade de mais reservas do que isso. Apesar de tudo, é bom que se façam os esclarecimentos necessários, pois, na verdade, todos estão com "a pulga atrás da orelha".

De um lado, há até um certo orgulho por termos uma moeda forte. Não nego. Quando cheguei ao México e me disseram que aceitavam o real, fiquei orgulhoso. Eu tinha no bolso o dólar e o real, e quando vi na prática que o real valia mais do que o dólar, senti até uma certa emoção.

No entanto, todos estão meio desconfiados com isso, e cos-

tuma-se questionar: o dólar cotado a R\$0,85? O dólar vale menos do que o real? Estão todos na expectativa do que pode vir e do que pode deixar de vir.

Portanto, V. Ex^a entende que estamos aqui exercendo a missão do Senado, e felicito ao PT e aos Senadores Eduardo Suplicy e Mansueto de Lavor por esta oportunidade. Estamos aqui e felicitamos a V. Ex^a, porque esta é a nossa missão: debater, esclarecer, buscar equacionar para que amanhã ou depois possamos estar juntos.

Penso que não há dúvida nenhuma de que estamos caminhando, Sr. Presidente, para algumas definições. Creio que as importações foram uma das causas da inflação de 0,5%. Julgo, Sr. Presidente, que foi uma reação corajosa com relação a problemas internos que temos. E o medo que tenho, Sr. Ministro, quando se fazem as privatizações – e sou favorável a elas, creio que temos que caminhar por ali –, é quanto aos oligopólios internos, acredito que temos que nos cuidar com relação a eles.

Se temos o problema da Petrobrás e outros na mão do Governo, não sei o que pode acontecer quando esses produtos tiverem fechados em alguns grupos internos. Eu batia muito no problema dos supermercados, até que um grupo deles chamou-me para uma reunião, e me mostrou que são dezessete grupos que praticamente vendem 90% dos produtos para os supermercados.

Diziam os donos de supermercados que não entendiam por que o Governo batia à porta deles, que são milhares, se bastava pegar os dezessete grupos e estabelecer para eles os preços para que se tivesse o controle. Se a pasta dental Kolynos sair do fornecedor por R\$10 (dez reais), e se o supermercado tiver vendendo por menos de R\$11 (onze reais), pode berrar, porque o fornecedor é apenas um.

Penso que, nesta hora em que vamos adotar uma política para valer, seria importante verificarmos essa política que vai ser adotada. Confio no Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sei que é um homem de bem, bem-intencionado, convivi com ele no Governo Itamar Franco, convivi com ele antes dele ser Ministro das Relações Exteriores. Confio em Sua Excelência.

A preocupação que temos é com relação ao tempo de duração. Hoje estamos vivendo um drama no Senado. Talvez seja um dos nossos piores dias, pois temos que votar dois projetos: o aumento dos nossos vencimentos e o do salário mínimo para 100 reais. Esse é o Brasil, Sr. Ministro Pedro Malan. Temos dois Brasis: o da Bélgica e o da Índia. Muitas vezes – perdoem-me o que vou dizer – o Ministro da Fazenda, em tese, só fala com o Brasil da Bélgica. Ninguém do Brasil da Índia tem condições de chegar ao gabinete do Ministro da Fazenda.

Tenho um pressentimento de que há muito tempo, talvez nunca, o Brasil da Índia tenha chegado a um gabinete de um Ministro da Fazenda. Como eu, Governador do Rio Grande do Sul, dizia isso também: o Rio Grande do Sul da Índia não tinha condições de chegar ao gabinete do Governador do Rio Grande do Sul, de certa forma, não chega aos gabinetes dos deputados e senadores. Mas temos obrigação, Sr. Ministro.

Ontem, o Presidente Fernando Henrique lançou um plano fantástico: o Plano Solidriedade. Nem Sua Excelência disse-o na campanha, e a secretária Ana Maria Peliano repetiu: o problema do Brasil não é de subdesenvolvimento, mas, sim, de se fazer justiça distributiva. Essa é uma realidade. Agora, como é que eles vão fazer?

Sr. Ministro, penso que esse é o grande desafio. Sinto-o na alma e no sentimento do Presidente Fernando Henrique. Sinto, como sentia no Presidente Itamar Franco, que nem sempre o que o Presidente quer é o que ele consegue fazer. Lembro-me de quando o Presidente Itamar Franco brigava quanto à questão dos juros. Sua Excelência se angustiava, e a resposta era a de que teríamos

de baixar gradativamente. Se não me engano, lembro-me de uma resposta de V. Exª nesse sentido, se se fizesse o que o Presidente Itamar Franco pretendia, implodiríamos o País. Temos aí não sei quantos bilhões de dólares circulando, mas cem vezes mais nas contas nos bancos. Se de repente zerar ou haver juros absolutamente insignificantes, sai fora esse dinheiro e o País implode. Os juros estão baixando. A meu ver, é mais ou menos isso o que está acontecendo. Está-se indo para um caminho real.

O caminho de uma inflação que, surpreendendo a todos, estava em 0,5% no mês de dezembro, e parece que em janeiro será em torno deste número. Há que se fazer uma observação, porque o mês de dezembro é um mês em que normalmente a inflação está lá em cima. Janeiro é um mês no qual se está tendo uma das maiores vendas dos últimos trinta anos.

Portanto, acredito que o caminho está certo, Sr. Ministro. Mas, por amor a Deus, V. Exª, o Presidente, e nós temos a responsabilidade de não fraudar a expectativa do povo brasileiro, porque nunca se teve tanta confiança como se tem tido nos últimos tempos. Acredito que, pela primeira vez, todos estão torcendo para que o Governo dê certo, porque os parlamentares estão sabendo que o Brasil está atento e que é importante para todos nós que o Governo dê certo.

Nesse sentido que, com muito carinho, muito respeito, felicito a presença de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Dr. Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – V. Exª me deixa comovido com suas palavras, Senador Pedro Simon. V. Exª complementou muito bem as preocupações tão bem expressas pelo Senador Eptácio Cafeteira.

Apesar de que, talvez, por dever de ofício, eu tenha que lidar mais com a Bélgica a que V. Exª se referiu, quero lembrar que o que eu disse em meu discurso de posse como Ministro da Fazenda veio do fundo do coração. Porque tinha a minha filha sentada na primeira fila, disse que eu penso no país do futuro. País aí não é só Bélgica. Penso no que somos, com tudo o que temos de bom e com o que nos envergonha e humilha perante o resto do mundo e, dentre essas coisas, está essa nossa situação social em que vegeta um número excessivo de brasileiros.

Disse que pensava nos meus filhos, nos meus netos, também nos filhos e netos de todos aqueles que estavam naquele auditório, aquele luxuoso auditório do Banco Central, e quero dizer que isso vinha do fundo do meu coração. Pensava, principalmente, nos filhos daqueles que não têm acesso a um auditório como este hoje, mas espero, cujos filhos e netos possam vir a ter numa geração futura.

Posso assegurar a V. Exª e ao Senador Eptácio Cafeteira que esse pensamento me acompanha sempre, mesmo quando fazemos algo que parece paradoxal e contraditório com essa preocupação social. Ouço, com frequência, comentários de que essa preocupação em assegurar a estabilidade do poder de compra do real, em manter a inflação sob controle seria contraditória com a preocupação com o social. Espero estar equivocado, mas estou profundamente convencido de que não é assim. As duas são extremamente compatíveis e necessárias. Tenho dito e vou repetir aqui que, do ponto de vista econômico, uma inflação baixa aumenta a eficiência do sistema econômico, a eficiência com que as decisões de investimento e de consumo são tomadas, aumenta o horizonte de previsibilidade do cálculo econômico. Creio que o próprio crescimento do ano passado, particularmente vigoroso no segundo semestre, não só do PIB, como do investimento, é uma indicação dos enormes benefícios para a economia, para o emprego da estabilidade de preços.

Do ponto de vista social – tenho repetido isso – fico até cansado de ouvir a mim próprio, mas vou fazê-lo mais uma vez aqui, de que o combate à inflação é uma medida de profunda justiça social, porque ataca, afirmando pela milésima vez, o mais regressivo, o mais injusto, o mais iníquo e o mais cruel de todos os impostos. Essa atitude, que vejo com frequência de negligência maligna, não é benigna, de complacência, de leniência para com a inflação, no fundo, traduz uma postura consciente ou inconsciente de boa-fé ou de má-fé. E aí diria o seguinte: Vamos voltar a tributar os pobres deste País através da inflação.

É contra isso que nos rebelamos, porque não queremos a volta desse tipo de imposto. Acho que é uma irresponsabilidade pretender fazê-lo, como também é equivocado achar que existe uma incompatibilidade entre a preocupação com a inflação e a preocupação com justiça social e a retomada do crescimento.

V. Exª citou muito bem o Presidente Fernando Henrique Cardoso como tendo encarnado essa preocupação com o nosso País, não subdesenvolvido, mas injusto, e da importância da estabilidade para manter o desenvolvimento com menor injustiça social.

Agradeço suas palavras, em particular o comentário de V. Exª que não inveja a minha posição. Também não invejo nada, posso lhe assegurar, sei que há decisões extremamente difíceis a serem tomadas, creio que falo em nome do restante responsável pela condução da equipe econômica, de que só havemos num contexto mais amplo de preocupações com o Governo e interações com o Congresso e com o Judiciário. Daí a importância que atribuo a esse tipo de conversa que estamos tendo aqui. Vim, V. Exª me disse, num dia difícil, Senador, no dia para o qual fui convidado. Fui convidado terça, à tarde, para estar aqui quinta-feira, e eu estava aqui nesse dia, como estarei disposto a vir sempre que convidado, porque sempre derivei o enorme benefício desse tipo de interação que, espero, seja útil também para os Senadores presentes.

Concluindo, asseguro que a nossa intenção é enviar o melhor dos esforços para não fraudar essas expectativas positivas que V. Exª diz hoje haver. Não tenho nenhuma arrogância, um poder que não tenho para dizer isso, é com profunda humildade que o faço, tenho profunda consciência da enormidade dos desafios a enfrentar e posso lhe assegurar que quero que este País dê certo e não me preocupo a mínima com quem leve o crédito por esse dar certo, porque creio que, no fundo, é o crédito do País como um todo. Minha função é dar apenas uma modesta contribuição, ajudado por pessoas do quilate do Professor que está a minha direita, para que o País dê certo, levando em conta as minhas óbvias, conhecidas e naturais limitações profissionais e humanas.

Muito obrigado mais uma vez pelas palavras de V. Exª que, como sempre, têm o dom de me deixar emocionado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente da Comissão, Sr. Ministro da Fazenda, pretendo ser muito conciso. Faço minhas as palavras aqui enunciadas, em matéria de regozijo, por termos no Ministério da Fazenda uma pessoa com uma folha de serviços prestados, com a responsabilidade já demonstrada nas missões que lhe foram confiadas. E compartilho deste momento de esperança com responsabilidade.

Por isso, quando tomei conhecimento do pedido para que houvesse esse encontro, fui absolutamente a favor. Seja no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, seja no âmbito do Plenário do Senado – onde penso que até seria melhor a presença do Ministro, pelo menos, na sua primeira vinda, na condição de Ministro da Fazenda –, ambas as partes, o Executivo e o Legislativo, estarão cumprindo com o seu dever. Não estamos fazendo favor algum em ouvi-lo e o Executivo não faz qualquer favor em compartilhar, seja

dúvida, seja informação, seja reflexão, com os representantes da sociedade, na Câmara ou no Senado.

Concordo com tudo o que foi aqui colocado em termos de intenção, a necessidade de priorizar-se a luta para reduzir-se o número de excluídos. Acredito que seria essa a razão pela qual a totalidade dos parlamentares deveria estar aqui. E acredito que seja.

Isso posto, quero fazer quatro perguntas, mais ou menos objetivas.

Primeiro, farei uma avaliação subjetiva. Concordo com aqueles que entendem que um engenheiro qualificado, mesmo tendo participado da elaboração de um projeto cuja obra ruíu – uma ponte, uma casa –, longe de ser o menos indicado, se não houver questão de natureza moral, é o mais indicado para fazer a nova tentativa. Ou seja, eu não colocaria qualquer óbice, não haveria nenhum preconceito de minha parte em recomendar a contratação de um engenheiro que participou de um projeto de uma ponte que caiu, não sendo isso motivo para erradicá-lo da vida profissional.

Faço este pequeno preâmbulo para dizer que concordo com a reflexão do Sr. Pêrsio Arida, que chegou à imprensa, e, por esta, ao nosso conhecimento, a declaração de que é preciso que o Governo seja coerente e responsável para que não se repitam erros que lhe causaram frustração e, o que é pior, não só a ele mas a todo País na condução do Plano Cruzado.

Por isto, as minhas perguntas são as seguintes: Sr. Ministro, V. Exª que já foi Presidente do Banco Central: quanto das nossas reservas são dinheiro nosso por haver e não por transitar? Uso a expressão, que já está meio condenada, de "dinheiro de motel". O Senador João Rocha usa a expressão "capital especulativo", naturalmente, por alguma convicção religiosa ou por alguma coerção familiar. Ou seja, quanto desse dinheiro não é fluído a ponto de desaparecer de um dia para o outro? Quanto desse dinheiro não tem compromisso de casamento com a nossa economia? Já fiz esta pergunta a dois Presidentes do Banco Central e não obtive a resposta.

Neste momento, penso que esta é uma preocupação muito aguda, quando tomamos conhecimento de que – ainda que isso não seja um terremoto – há um déficit na nossa balança comercial. Não compartilho da opinião daqueles que suspeitam que o déficit tenha sido sonegado. Como diz o Presidente da Associação dos Exportadores, só iremos saber os números definitivos, definidos, daqui a três, quatro, ou talvez até seis meses, analiticamente, porque iremos conhecer a nossa exportação e a nossa importação. Mas os grandes números, sabemos, com um prazo menor.

Quanto das nossas reservas cambiais é dinheiro "quente", ou seja, é dinheiro proveniente de um superávit das nossas trocas, e quanto está aqui transitando num embalo de taxas de juros? A essa recorrendo da BANESPA neste gráfico só acrescentaria: quais foram as taxas de juros praticadas, quando o BANESPA recorria ao BRADESCO e a outros bancos comerciais? Sabemos que eram taxas incompatíveis com o Plano Real. Aliás, incompatíveis com qualquer coisa razoavelmente civilizada.

Quanto desse dinheiro que temos de reserva, ponto fundamental da sua segurança ao argumentar que a nossa situação não é a mesma que a do México, quanto desse dinheiro é volátil? Quanto vai custar para a viúva, que é o Erário, a intervenção dos bancos? Explico. Trata-se de dívida que há muito tornou-se problemática. A situação de um banco como o BANESPA não é a situação dos correntistas, mas, sim, a das financiadas, seja o Tesouro Estadual de São Paulo, seja suas estatais, que já estão deixando de honrar compromissos.

No caso específico da CESPE, isso foi anunciado no dia 9 de janeiro. Há uma estimativa de que os números que têm surgido sejam de 8,5 bilhões de reais, e chega-se a cogitar nos 23,30 bi-

lhões de reais, o que é dinheiro em qualquer lugar do mundo. Mas 8,5 parece-me ser um passivo nessa relação BANESPA/Estatais/Estaduais, cujo número tem sido divulgado com relativa credibilidade.

Pergunto: Já existe uma estimativa do custo do que seria federalizável dessa dívida? Porque o desejo, a esperança de todos os Governadores que estão pedindo a intervenção nos seus bancos é que a dívida seja federalizada. Não há nenhuma dúvida quanto a isso. Então, há uma estimativa?

Finalmente, falou-se do Banco do Brasil. Creio que o Senador Epitácio Cafeteira foi muito feliz na observação que fez. Como o Ministério da Fazenda imagina implementar e corrigir o passivo do crédito rural? Não vou estender-me nessa questão, pois já houve CPI, a Procuradoria-Geral da República tem um levantamento a respeito, sou o autor de um decreto legislativo um pouco diferente daquele da Câmara dos Deputados, que foi considerado escandaloso, mas que questiona a cobrança de correção monetária num dinheiro que não é remunerado por correção monetária, ou seja, conta corrente nos bancos.

São estas as três indagações que faço: quanto à consistência das reservas, o custo da intervenção dos bancos e o rumo do crédito rural, já que todos aqui deploramos pelo menos algumas das consequências da perda da condição de autoridade monetária por parte do Banco do Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra Dr. Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado, nobre Senador Esperidião Amin. É sempre um prazer ouvi-lo. Noto sempre a objetividade e a precisão com que formula as suas questões.

Quanto ao primeiro ponto, V. Exª começou falando sobre a variação subjetiva e a sua não-objeção com respeito ao fato de trazer alguém que tenha participado de uma experiência não bem sucedida a ter uma nova participação. Presumo que esteja referindo-se, entre outros, ao Dr. Pêrsio Arida. Há um incidente que, a meu ver, adquiriu uma proporção... Isso me lembra um dito do Aparício Torelli, Barão de Itararé, pois foi uma batalha que, na verdade, não houve, foi uma perda de tempo monumental.

Estava presente ao discurso de posse de Pêrsio Arida à Presidência do Banco Central, e ele apenas notou *en passant*, no início do seu discurso, que havia experimentado uma frustração pessoal pelo fato de o Cruzado não ter dado certo. Como notou o Senador Esperidião Amin, vários brasileiros, não necessariamente do Governo, àquela época também experimentaram a frustração pelo Cruzado não ter dado certo. E lamentou, de passagem, muito rapidamente, que o Governo não teve coerência, consistência para levar avante a consolidação do Cruzado.

Não houve acusação a ninguém, absolutamente a ninguém.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. PEDRO MALAN – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Nem estou censurando o Dr. Pêrsio Arida. Agora fico sabendo que ele foi sincero, porque parece que falou de improviso.

O SR. PEDRO MALAN – Não. Foi escrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas foi sincero. As pessoas podem ser sinceras ao falar de improviso e podem ser sinceras ao escrever também.

O SR. PEDRO MALAN – O Pêrsio é sempre sincero nas duas versões. Não existe o Pêrsio Arida I e o Pêrsio Arida II. E, na verdade, ele fez um comentário *en passant* que era extremamente secundário. Ele disse coisas muito mais importantes no discurso de posse, no entanto, resolveu-se, como muito freqüentemente acontece neste País, dar um conteúdo e uma característica pessoal a uma observação que era de caráter geral.

Eu queria só fazer esse comentário. A responsabilidade ali é de todos. Quando digo que nós todos temos responsabilidade pelo sucesso do Real, não me refiro apenas a nós que temos responsabilidade específica no Ministério da Fazenda, ou incluindo outros no Banco Central ou no Ministério do Planejamento, somos nós todos, brasileiros: é quem está no Executivo, é quem está no Congresso, é quem está no Judiciário, é o mundo empresarial brasileiro. A responsabilidade é coletiva, como o País, e foi nesse sentido que o Pêrsio lamentou que o Governo, como um todo, não tivesse tido condições de levar avante o que era necessário para a consolidação do Real. Não havia nada de pessoal envolvido.

Eu só queria anotar isso, já que V. Ex.^a se referiu ao assunto.

Sobre as suas perguntas específicas: quanto das reservas são reservas nossas por haver e não por transitar, para usar a expressão.

Os ingleses têm uma expressão, reservas, que são **earned**, que foram ganhas geralmente via superávits comerciais e reservas que foram **borrowed**, tomadas de empréstimo. Há várias formas de tomar reservas internacionais de empréstimo. Podem ser de curtíssimo, curto, médio e longo prazo. A distinção é importante, tem de estar sempre presente em toda e qualquer análise.

Devo dizer que essa preocupação de V. Ex.^a, que é nossa também, está por trás de um posição ativa do Brasil em foros internacionais, por exemplo, ao defender a necessidade imediata de uma locação de direitos especiais de saque, que foram criados em 1967, na reunião anual do Fundo Monetário, que por acaso foi no Rio de Janeiro. Foram criados exatamente com a preocupação em ter um ativo internacional de reserva que não fosse a moeda nacional de um país, não importa quão poderoso fosse no momento.

Essa é uma posição que o Brasil tem defendido, há anos, com enorme competência, na diretoria executiva do Fundo Monetário Internacional, por meio do nosso primoroso representante, Professor Alexandre Castro, e que nós, como Governo, defendemos com muita veemência na última reunião em Madri.

A locação de direitos especiais de saque é uma reserva que não é emprestada; é uma locação que a comunidade financeira internacional decide fazer a países em função das suas quotas no FMI. E devo dizer, se essa locação tivesse sido feita anos atrás, como defendemos, possivelmente teríamos atravessado várias das crises, inclusive a mexicana, sem tanto trauma, como tivemos nesse momento atual. É exatamente nesse equilíbrio entre a parte de reservas, que ou é ganha via superávits comerciais acumulados no passado, ou é tomada de empréstimo a médio e a longo prazo, e reservas internacionais dependentes muito de empréstimos de curtíssimo prazo, é que reside a capacidade que um país tem de resistir a uma corrida, a um ataque especulativo contra a sua moeda, ou de resistir a erros de política econômica.

Quer dizer, quanto maior a proporção das reservas, que são derivadas de capitais de curtíssimo prazo, menor a margem de erro de um país em gerir a sua macroeconomia e, em particular, o seu balanço de pagamento.

Então, dito isso, eu queria só chamar a atenção, porque essa preocupação vem de longa data por parte de vários de nós e está por trás de uma posição muito firme do Brasil, há anos, no contexto internacional: aumentar as reservas não tomadas de empréstimo a curto prazo em relação às tomadas de empréstimo. E dentro das tomadas de empréstimo, Senador, devo dizer, obviamente temos uma preocupação também em aumentar o prazo potencial de permanência.

Devo dizer, ainda, que a imposição do IOF, hoje, 1% sobre bolsa, ou 7% sobre emissão de bônus no exterior e 9% sobre a captação a renda fixa. Na verdade, significam, na prática, um alongamento do prazo, porque qualquer cálculo de valor presente indica que é levado em conta por quem traz recursos para o Brasil que

existe o IOF na entrada; o cálculo de valor presente daquele valor – IOF na entrada – tem uma equivalência em termos do prazo maior de permanência de recursos no Brasil. Quer dizer, ele aumentou, era zero, aumentamos depois para 3% e 5% e, agora, para 7% e 9% nas duas últimas categorias, o que obviamente é um alongamento do prazo de permanência dos recursos.

Devo dizer que temos exatamente essa preocupação. Eu não vou lhe dar um número preciso, porque não há precisão, estamos falando de um espectro de posições, como liquidez no ativo financeiro. Não existe uma descontinuidade, existe liquidez até tal ponto. Enfim, tudo tem liquidez a determinados custos de transição. Um elemento de informação que temos para tentar responder parcialmente a sua pergunta são as chamadas defasagens no comércio internacional.

Temos em cada momento importações que já foram contratadas, cujo pagamento ainda não foi feito, pois se dará no futuro. Obviamente, depende do prazo o diferencial entre o que chamamos do câmbio contratado, o caixa, a parte financeira da operação e o físico, que é o ingresso ou saída efetiva, no caso de exportação, da mercadoria no País. O mesmo ocorre com as importações, e aí elas podem ser postecipadas, ou seja, o pagamento pode ser feito antes que o ingresso efetivo da importação no País tenha lugar.

Essas defasagens – antecipação, no caso de exportação, e postecipação, no caso de importação – são conhecidas, existem em qualquer país do mundo, são afetadas pela política econômica. Existe uma estimativa desses recursos de curto prazo, que são já compromissos, e a conta já está no correio. Sabe-se que haverá ingresso de recursos das exportações que foram contratadas e ainda não ingressaram e, no caso de importações, sabe-se que elas já ingressaram e o pagamento ainda não foi feito.

Essas considerações, juntamente com as referentes aos recursos de curtíssimo prazo, que são estimativas, na verdade dependem muito do grau de confiança que se tenha na economia. Eu hesitaria dizer que, dos nossos mais de quarenta bilhões de reservas, tantos mil dólares são voláteis e podem sair a qualquer momento e o resto não, porque isso depende de um fator fundamental e está por trás de tudo isso, que é a confiança, credibilidade, aposta de que o País tem condições de responder aos desafios do momento.

Peço em particular aos analistas que entendam que economia não é uma ciência exata, o número não podemos dizer que é exatamente esse. A ordem de grandeza que tem sido mencionada por vários analistas, levando em conta essas defasagens de comércio, estimativas extremamente precárias do capital no mais curto prazo, levando em conta o elemento confiança, sugerem algo em torno de quinze bilhões de dólares, com uma parte tomada de empréstimo e de prazo relativamente mais curto.

De forma alguma, eu daria uma importância excessiva a esse número, dado que presumo o que está por trás da sua preocupação: qual o grau de volatilidade e de risco que o País está correndo com uma saída abrupta de recursos? Eu diria que depende de confiança, não apenas na parte de balanço de pagamentos ou na parte externa da economia, mas fundamentalmente confiança na nossa capacidade de fazer o ajuste fiscal, a revisão constitucional e, em outras palavras, de mostrar que estamos sendo capazes como país e como sociedade de equacionar aquilo que chamei em outro contexto de um relativo descalabro de nossas finanças públicas – e não me refiro apenas a nível federal nesse contexto. A confiança que precisamos construir vem muito mais daí. Tenho dito que a melhor resposta que podemos dar a dúvidas, algumas ingênuas outras não tão ingênuas assim, sobre a nossa capacidade de não repetir um México vem da nossa capacidade de caminhar com a brevidade possível na área das reformas estruturais, na área fiscal, tributária, previdenciária e na privatização. É da rapidez com que nos

movamos nessas áreas é que vai derivar a confiança de sermos capazes de gerir o nosso próprio destino, sem sermos vítimas passivas, como infelizmente fomos tantas vezes vistos, no passado, de eventos externos totalmente fora do nosso controle. A melhor resposta que podemos dar é uma postura ativa, determinada, com respaldo do Congresso Nacional e mostrar que o Brasil é, sim, capaz de gerir o seu próprio destino e fazer o que deve ser feito para consolidar o avanço que fizemos no **front** inflacionário até agora. Isso é muito mais importante do que estimativa sobre o grau de volatilidade de nossas reservas.

Sobre a segunda pergunta, a respeito de quanto vai custar à viúva. Não sei se V. Ex^a estava se referindo à viúva estadual ou federal. São sempre as duas. Há viúvas de diferentes escalões, em termos de erário público e assalto a ele.

A estimativa não poderia *lhe dar agora*, nobre Senador. V. Ex^a se referiu a um número 8,5 bilhões de reais. Esse valor é o número de operações de crédito de um grande banco contra o seu respectivo Estado ou empresa daquele Estado. É um problema que deverá ser equacionado e tem a ver, espero, mais com a viúva estadual do que com a viúva federal.

A questão da dívida mobiliária, que já foi objeto dessas operações de vendas a termo de LBC, o último que vi chegou a perto de 14 ou 15 bilhões de reais. Mas, até o momento, a única coisa que fizemos foi a operação de venda a termo de LBC, que é renovada a curto prazo. E, em nenhum momento, o Governo Federal disse que assumiu formalmente ou irá assumir formalmente. Essa dívida está em discussão no momento e que não estará dissociada da nossa avaliação, do comprometimento e determinação de cada governador em fazer o ajuste necessário no seu banco. Então, a resposta a sua pergunta de se já existe estimativa, ela é não. É um número absurdo 26 ou 30 bilhões. Nunca tinha ouvido referência a ele. Se já existe estimativa, teremos de esperar os relatórios que tanto o Dr. Altino Cunha quanto o Dr. Eduardo Gomes nos apresentarão. Espero, a qualquer momento, no início de fevereiro, termos os números sobre os balanços e a situação dos dois bancos e as propostas que estão sendo feitas. O Decreto-Lei nº 2.321 contempla, como V. Ex^a sabe, quatro possibilidades para o futuro desses bancos, e elas serão ativamente exploradas a partir desse relatório, em uma atitude cooperativa com os respectivos governadores.

Sobre a questão do Banco do Brasil, e sua observação sobre as observações anteriores do Senador Epitácio Cafeteira, com as quais já expressei a minha concordância, pedirei um favor e a sua autorização. Um dos maiores especialistas no tema – que não é meu caso, pois não tenho nenhum problema em dizer que não me sentir à vontade ou com o conhecimento necessário para entrar em detalhes sobre um problema que sei que é da maior importância e gravidade, que vem se acumulando há anos, que é como vamos lidar com essa questão do crédito rural, não só a política futura, mas o legado do passado que construímos e permitimos nós todos: a população, o governo e a omissão, setor privado. Se V. Ex^a me permitir, nobre Senador João Rocha, pediria que o Dr. José Roberto Mendonça de Barros, que é o meu Secretário de Política Econômica, que é um especialista no assunto, pudesse fazer um breve comentário sobre a sua pergunta. Senão, teria que *lhe enviar por escrito*, depois, uma resposta. É possível?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pediríamos a colaboração dos Srs. Senadores, já que mantivemos contato com a Presidência dos trabalhos de Plenário e ela está retardando o início da discussão e votação de matérias importantes. Foi-nos concedido um prazo de mais 20 minutos, a título de tolerância, pois é a 3ª convocação, que estaria vencendo às 12h40min. O Sr. Ministro está aqui não como convocado, mas como convidado. S. Ex^a poderia prestar outras informações complementares através do próprio

Ministério ou numa vinda dele aqui no futuro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, e a Mesa não faz nenhuma objeção à sugestão do Ministro para que o Dr. José Roberto de Mendonça de Barros, Secretário da Política Econômica, preste os esclarecimentos complementares.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Também não tenho objeção, a não ser pelo fato de que estaria prejudicando os próximos inquiridores. Peço que seja dada a essa questão, que é muito complexa, uma outra oportunidade. Pode ser encaminhada por escrito. Não que a participação do Secretário seja irrelevante. Não. Mas creio que prejudicaríamos a condução da sessão, pois há outros Senadores inscritos.

Eu só quero deixar isso consignado. Também voltaremos a falar sobre o dinheiro volátil? Eu estimaria receber do Banco Central um estudo sobre quando os nossos juros ficarem civilizados – isso em nada diminuiria a confiança no País – esse *dinheiro* ficaria? Ou seja, quando os nossos juros forem beneficiados pelos bônus que o Tesouro vai emitir e colocá-los no mercado internacional; quando os nossos juros adquirirem um padrão internacional, esse dinheiro de curtíssimo prazo ficará conosco? Esta é a pergunta – não peço resposta já. No entanto, eu estimaria receber o estudo e sacrificar essas minhas perguntas, satisfeito com as respostas, até porque não é minha intenção monopolizar o debate. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pois não. Conseguimos da Presidência esse prazo e pedimos, também, ao Dr. Pedro Malan que nunca se negou a prestar qualquer esclarecimento solicitado por esta Comissão. Solicitamos a S. Ex^a que em determinação de tipo de pergunta S. Ex^a a sintetize e nos encaminhe, também, por escrito, para o interlocutor, ou para o próprio Senador. Já prorrogamos a reunião com a Presidência da Casa, já adiamos o nosso pedido por três vezes o início da discussão e votação das matérias importantes que estavam em pauta. Portanto, pedimos a colaboração dos Senadores como, também, a do Dr. Pedro Malan.

Tem a palavra, agora, por ordem de inscrição, o nobre Senador Eduardo Suplicy e, logo após, como último inscrito, o nobre Senador Ronan Tito.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, Senador João Rocha, Ministro Pedro Malan, Sr. Secretário José Roberto Mendonça de Barros, de Política Econômica: V. Ex^a, Sr. Ministro Pedro Malan, destacou que as condições estruturais das economias mexicana e brasileira são bastante diferentes. De fato, as estimativas para o saldo de transações correntes, mexicanas, em 1994, de 27 bilhões, são muito maiores do que as que ocorreram no Brasil e que V. Ex^a estimou em torno de 0,4%. A estrutura industrial brasileira é muito mais sólida; a nossa capacidade de competitividade externa é muito maior. Há que se ressaltar que o México, por outro lado, possui um desenvolvimento turístico de muito maior proporção do que o alcançado pelo Brasil e a sua proximidade com os Estados Unidos e o Canadá faz com que consiga obter uma receita de turismo muito maior que a nossa. Mas a crise mexicana deixou as suas marcas. Os mercados financeiros internacionais nem sempre distinguem, claramente, essas diferenças. Sinal disto é a perda de divisas nos primeiros 18 dias de janeiro, e eu gostaria até que V. Ex^a confirmasse, uma vez que os jornais detectaram matéria da ordem de 1,15 bilhões de dólares. Se puder confirmar esta informação, ou seja, se desde a crise do México, a perda de divisas foi desta ordem ou de que ordem? É certo, também, que o Brasil possui reservas da ordem de 40 bilhões mas nem sempre conta com a boa vontade do Tesouro americano, da mesma maneira em que está disposto a colocar recursos necessários para garantir a posição mexicana. Talvez seja cedo para conhecermos a profundidade da crise e suas repercussões mas, ainda, ontem, o **Financial Times**

deu um alerta no alto da página 6, matéria traçando críticas muito duras sobre a atitude do atual Governo brasileiro de anunciar um déficit comercial, no mês de dezembro, de 47 milhões de dólares para, depois de alguns dias, dizer que o déficit real poderia chegar a mais de 1 bilhão de dólares. A matéria ressalta que, no aspecto da credibilidade, o Brasil, neste episódio, estava se igualando ao México porque um déficit dessa magnitude deixava a comunidade financeira intranquila quanto à tendência do desequilíbrio da economia brasileira. A série sazonal do balanço de pagamento não explica esta abrupta variação ocorrida e a matéria termina lembrando as palavras do ex-Ministro Rubens Ricupero, captada por antenas parabólicas, quanto à prática do Governo brasileiro esconder da opinião pública o que é negativo. Tal relação foi feita, também, pelo Jornalista Élio Gáspari, de **O Estado de S. Paulo**, em edição desta semana. A preocupação do **Financial Times** acaba, obviamente, tendo a sua repercussão no mercado financeiro internacional.

Seria importante termos as informações as mais precisas possíveis de projeções do Governo. Pediria a V. Ex^a que, se puder, nos dê as projeções a respeito do saldo da balança comercial para 1995, o déficit da conta de serviços, o resultado líquido das transferências unilaterais e o saldo previsto no balanço de transações correntes.

O Dr. Pêrsio Arida nos assegurou que o Governo manteria a política cambial presente, ainda que houvesse uma inflação da ordem de 20%, e que a economia deveria se ajustar a esta condição. Em que medida, diante da repercussão da crise do México, poderá o Governo adotar uma flexibilização do regime das bandas cambiais estreitas? Em que medida a reação do Governo brasileiro, a tais situações, será simplesmente como a de facilitar os adiantamentos de contratos de câmbio?

Lembro-me de que quando o Governo, na segunda metade do ano passado, restringiu os adiantamentos de contratos de câmbio também formulou algumas críticas às distorções que estavam ocorrendo, tais como um número relativamente pequeno de grandes empresas com acesso ao mercado financeiro, que estavam se utilizando significativamente dos ACC, forma que o próprio Governo estava diagnosticando como não tão saudável de se obter altos rendimentos. Por quê? Porque mecanismo de financiamento, através dos ACC, significa a possibilidade de empresas brasileiras adquirirem empréstimos no exterior a taxas de juros relativamente baixas para aplicar estes recursos, transformados em reais, por altas taxas de rendimento no mercado interno, decorrentes da política do próprio Governo de manter taxas de juros bastante altas e, a partir daí, realizar o financiamento de exportações e, muitas vezes, empresas que não estavam efetivamente exportando, mas se utilizavam daquele mecanismo, acabavam financiando exportações de terceiros. E o próprio Governo – e o Presidente do Banco Central uma vez me descreveu tais distorções por ocasião das restrições adotadas. Então, simplesmente agora confiar que a geração maior de divisas para equilibrar a situação e o estímulo às exportações, se depender principalmente deste mecanismo, não haverá aí alguma distorção? O quanto o Governo considera importante manter a taxa de juros àquele nível? Pode-se dizer que é a taxa que o mercado está definindo. Mas isso seria não revelar que aquelas taxas de juros decorrem da própria administração das taxas de juros. A taxa de câmbio decorre, em grande parte, da administração das taxas de juros muito altas no mercado?

Então, esse é o primeiro conjunto de indagações que preferiria, Sr. Presidente, tê-lo respondido antes de passar aos outros.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Dr. Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado.

Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy por essas perguntas

porque elas me permitem esclarecer um equívoco e uma crítica, que achamos inadequada ao procedimento do Governo, inclusive nessa matéria publicada em um jornal estrangeiro, a que se referiu o Senador. E, quanto a isso quero dizer que é do conhecimento de todos os interessados do tema, que têm acesso fácil a ele, sejam Senadores ou jornalistas, analistas ou operadores de mercado.

O Banco Central divulga, diariamente, as informações sobre câmbio contratado, que chamamos de caixa. Hoje de manhã, quando os mercados abriram, todos os operadores – ou quem quer que se desse ao trabalho de olhar no SISBACEN – sabiam de quanto havia sido, ontem, o câmbio contratado por exportadores e por importadores, e o saldo no conceito de caixa. Esta é uma informação disponível de longa data, de maneira informatizada, através do SISBACEN, e de conhecimento público. Assim, desde os primeiros dias úteis de janeiro era conhecido o balanço, o saldo de caixa, a diferença entre exportações e importações nos meses de novembro e dezembro.

Quero repetir esses números aqui, enfatizando que eles eram conhecidos de quem se interessasse por eles no dia 3 de janeiro. Em novembro de 1994, houve um déficit de caixa – portanto, um excesso de importações –, de câmbio contratado para importações sobre câmbio contratado para exportações, de 617 milhões de dólares. Novembro foi o primeiro mês, ao longo de 1994, em que houve um valor negativo. Foi de 617 milhões de dólares negativos, no mês de novembro, a diferença de caixa entre importações contratadas e exportações contratadas. No mês de dezembro de 1994 – uma informação disponível no primeiro dia de janeiro para quem quer que se interessasse em obtê-la –, o saldo de caixa, o excesso de importações sobre exportações, foi de 502 milhões de dólares negativos. A soma, portanto, dos saldos negativos no bimestre novembro e dezembro de 1994, totaliza 1 bilhão e 120 milhões de dólares.

Esta informação, volto a dizer, está disponível para os interessados desde o início de janeiro. Basta olhar a tela do computador. Assim como o mercado, hoje – e qualquer interessado –, sabia quanto era esse saldo até ontem, no mês de janeiro. É uma informação absolutamente transparente, generalizada, de conhecimento público e disponível para qualquer analista.

Quero enfatizar este ponto para mostrar que o Banco Central sempre teve total e absoluta transparência ao informar esses dados. E não há, e nem pode haver, nenhum tipo de manipulação desses dados. Eles estão disponíveis vinte e quatro horas depois. Na manhã de um determinado dia já sabe em quanto foi fechado na véspera.

Existe um outro conceito de exportação e importação, que é aquele a que me referi, o chamado físico. São as entradas efetivas de mercadorias no País e as saídas efetivas. Para as exportações, temos já o sistema informatizado, no SISCOMEX. A informação também é pública, disponível praticamente imediatamente. O total das exportações brasileiras no mês de dezembro de 1994 também estava disponível nos primeiros dias de janeiro de 1995. Posso dar aqui o valor total das exportações em 1994, que foi 43,6 bilhões de dólares. No mês de dezembro, 3,7 bilhões de dólares. Essa informação também está disponível, para quem tiver interesse ou quem tivesse interesse, desde os primeiros dias de janeiro de 95.

Volto a insistir, informações de câmbio contratado, exportações e importações e o saldo respectivo, estão disponíveis no dia seguinte para quem se interesse, quem quer seja; são públicas. Informações sobre exportações estão disponíveis para quem quer tenha acesso ao SISBACEN, em tempo quase real. E sobre as importações? Elas são tradicionalmente apuradas pela Secretaria da Receita Federal, com base nas declarações de importação e, obviamente, existe uma defasagem envolvida na publicação e computa-

ção desses dados, que é tradicional e conhecida de qualquer pessoa que, de boa fé, e com um mínimo de conhecimento, soubesse do assunto. A Receita nunca divulgou os dados sobre importações, nos meses comuns, a não ser antes do dia 10, 12 do mês posterior. E no mês de janeiro de cada ano, não importa qual, nunca o fez antes da terceira semana. Foi só ontem à tarde, pela primeira vez, que a Secretaria da Receita Federal me encaminhou, como Ministro, o resultado da apuração das importações do ano de 1994, como um todo e do mês de dezembro de 1994. Não houve, portanto, nenhuma manipulação, palavra que está sendo usada de má fé ou por ignorância de alguns e é derivada do fato de que, no dia 03 de janeiro, um técnico do Ministério da Indústria e do Comércio houve por bem fazer a sua própria estimativa do que seria uma indicação preliminar do saldo comercial do ano de 1994. Como os dados até novembro estavam disponíveis, era possível qualquer observador, por diferença, extrair o saldo de dezembro. Esse valor de 47 é que está sempre apresentado por alguns – volto a dizer – de má fé, equivocadamente – por ignorância ou má fé –, como o dado oficial que o Governo havia divulgado no dia 03 de janeiro.

O Governo não poderia fazê-lo por uma razão muito simples: o dado não estava disponível e nunca esteve. Qualquer analista sério sabe que no terceiro dia do mês a Receita Federal nunca anunciou a expectativa ou a estimativa de importações do mês anterior. Sempre o fez na segunda semana do mês, entre os dias 10 e 12, e no mês de janeiro, geralmente, no final da terceira semana. Ontem recebi esse dado. O total do ano de 1994 foi, arredondando, 33,2 bilhões de dólares. Como as exportações foram 43,6 – 43,6 menos 33,2 –, resultou num superávit comercial de 10,4 bilhões de dólares no ano de 1994. Esse é o número que estará sendo anunciado pela primeira vez por um Governo sério que só anuncia o dado quando o tem, e só o tivemos a partir de ontem no final da tarde.

O que aconteceu com a estimativa de um técnico de um Ministério no dia 03 não foi nada mais, nada menos, do que isto: a estimativa de um técnico do Ministério que apresentou a sua expectativa do que seriam as importações no mês de dezembro e com base nisso derivou o saldo do mês, porque as exportações eram conhecidas, ou porque já tinha o acumulado até novembro e resolveu dar um chute para o mês de dezembro, em que resultou aquele número. Em nenhum momento aquilo foi apresentado como dados do Governo, porque o Governo estaria sendo incompetente, incoerente com tudo que havia feito até então, ao anunciar no dia 03 as importações do mês anterior, que nunca estiveram disponíveis no dia 03 de qualquer mês.

Enfatizo esse ponto para dizer que quero rejeitar aqui, de público, essas afirmativas de que o Governo tentou esconder ou manipular números. Eles só ficaram disponíveis ontem à tarde. Não houve manipulação; simplesmente o que houve foi um procedimento normal, tradicional e conhecido por quem acompanha esse assunto. Lamento que aqueles que não acompanham esse assunto, ou por ingenuidade, ou por má fé, tenham decidido explorar o tema.

Volto a dizer: a informação é relevante sim. O Senador tem razão. É um número elevado. Quero, antes de apresentá-lo, chamar a atenção para o seguinte: houve, no mês de novembro, importações no valor de 230 milhões de dólares. Devido à greve nos correios, houve atraso no encaminhamento das declarações de importações à unidade da Receita Federal que as contabiliza. Foram informações derivadas de Manaus, Vitória, Mundo Novo, Porto Alegre e a RE de São Paulo, que chegaram já no mês de dezembro e, portanto, foram computadas como importações de dezembro, quando, na verdade, eram importações do mês de novembro de 1994.

Portanto, o dado que havia sido divulgado como sendo as importações de novembro – 3 bilhões 968 milhões estará sendo corrigido, à luz desta informação que só agora nos chegou, que 230 milhões de importações de novembro foram computadas apenas em dezembro, mas, na verdade, referiam-se a importações realizadas no mês de novembro. Portanto, seriam 4 bilhões, 198 milhões de dólares no mês de novembro. No mês de dezembro, se computarmos em novembro, as importações havidas em novembro, como deve ser feito, e não no mês de dezembro, as importações seriam 4 bilhões 611 milhões de reais. Somado ao efetivo que havia sido anunciado acumulado até outubro, isso resulta no valor de 33,2 bilhões de dólares de importações no ano de 1994, dos quais 4,189 em novembro e 4,611 em dezembro.

O que significa isso? Significa que o déficit da balança comercial de novembro, estimado em 262 milhões de dólares, foi, na verdade, 492 milhões de dólares, enquanto, no mês de dezembro, ao imputar a importação de novembro a novembro mesmo, e não a dezembro, o saldo efetivo foi da ordem de 884 milhões de dólares. A quem quiser somar a este número os duzentos e trinta de novembro – não foram computados em novembro como deveria ter sido, mas em dezembro – teríamos Hum milhão, cento e quatorze mil. O correto, a nosso ver, é considerar que o saldo de novembro foi 492 negativos, e o saldo de dezembro seria de 884 milhões de dólares negativos. A soma dos dois foi de 1 bilhão e 376 milhões de dólares no bimestre – novembro/dezembro de 1994. O que devo notar aqui é um número bastante compatível com o dado que mencionei anteriormente ao déficit de câmbio contratado, que, no bimestre novembro/dezembro de 1994, foi na ordem de 1 bilhão, 119 milhões de dólares.

Devo notar aqui que, inclusive, o câmbio contratado acusou preço melhor que a estimativa anterior, que não levou em conta esses 230, porque foi mais negativo no mês de novembro – 617 – que no mês de dezembro, que foi 502.

O número do saldo total do ano em relação ao superávit comercial foi de 10,4; mês de novembro 492 de déficit – primeiro do ano. É o superávit até outubro. E no mês de dezembro 884 milhões de dólares negativos. A soma do bimestre de novembro/dezembro é exatamente a mesma; a única diferença é a imputação desses 230 milhões nos meses de novembro a dezembro.

Entendemos que, como foram realizadas no mês de novembro, deverão ser imputadas no mês de novembro, e não no mês de dezembro. De qualquer maneira é um valor significativo à luz de nossa experiência histórica. Mas devo notar que houve dois elementos por trás desse crescimento das importações, um deles já revertido pelo Governo, que foram as importações através do Correio, e que foram liberadas nos meses de dezembro e novembro em conta da enorme pressão de demanda que se antevia para o Natal. Já foram, como é de conhecimento de todos, revertida de maneira significativa para as alterações das comissões para importações através dos Correios.

Da mesma forma, retiramos no início de janeiro – isso foi anunciado pelo Dr. Pêrsio Arida na semana passada – o compulsório de 15% sobre os adiantamentos de contrato de câmbio de exportações, o que já vem tendo um efeito significativo nessas operações de fechamento de contrato de câmbio de exportações no mês de janeiro, como qualquer um dos senhores poderão observar. E no acumulado até o dia de ontem uma informação foi oferecida de maneira absolutamente transparente, sem qualquer possibilidade de interferência ou manipulação por parte do Governo, que, de resto, nunca houve, seja no contratado, seja nas exportações que também são disponíveis via SISBACEN de maneira automática.

Aproveito a oportunidade para dizer que espero que, muito em breve, as importações possam estar no SISCOMEX da mesma

forma que hoje estão as exportações disponíveis em termos praticamente reais, para que possamos eliminar de vez esta praga que infelizmente ainda grassa entre nós por razões escusas de achar que o Governo manipula ou dá informações erradas deliberadamente. Não houve isso. Espero ter esclarecido. Estou disposto a contar detalhes e repetir a história do equívoco que foi o anúncio por parte, não do Governo, mas de um funcionário de um Ministério que apresentou a sua estimativa pessoal e própria com base na sua expectativa do que poderia eventualmente ter sido as importações do mês de dezembro de 1994, que resultou nesse número para o qual infelizmente de maneira totalmente injusta hoje estão sendo responsabilizados.

Gostaria de dizer que esses dados têm uma implicação. Porém, temos de evitar as implicações ingênuas novamente. Não é porque o saldo do déficit comercial de um determinado mês tenha sido a do último mês do ano, com todas as sazonalidades conhecidas, com as importações pelo Correio, com as restrições que havíamos imposto aos ACCs em termos de prazo e compulsório. É de uma ingenuidade larvar, simplesmente tomar o déficit de um determinado mês, multiplicá-lo por doze e dizer que o déficit do ano seguinte será aquele valor multiplicado por 12. A ingenuidade deve ter limites, assim como as apostas que o Governo é totalmente paralisado, passivo e que não tem capacidade de resposta, de tomar as ações que lhe pareçam adequadas à luz das circunstâncias.

Não vou anunciar aqui – creio que já expliquei várias vezes as razões, nenhum Governo faz isso – exatamente o que o Governo fará para realizar o que acredito ser importante: assegurar que o déficit em conta corrente do Brasil jamais chegará aos 9% do México. Só um ingênuo pode imaginar que um déficit de conta corrente chega a 9% em um par de meses ou em seis meses ou em um ano.

Mostrei aqui como o México demorou 5 a 6 anos para que passasse de 2 a 9% do PIB. Portanto, quero lhes assegurar que isso não acontecerá no Brasil e que o Governo dispõe, sim, de instrumentos dos mais variados – não vou anunciar aqui, agora, porque não vou fazer jogo de operador de mercado –, ações que adotará o Governo para evitar que tal resultado mexicano se materialize entre nós, ainda que a médio e longo prazo.

Posso apenas assegurar ao Senador Eduardo Suplicy, sempre tão atento, que nós estamos tão atentos quanto ele e seus assessores e que levamos, na devida conta, a interpretação do comportamento das importações brasileiras nos meses de novembro e dezembro. Estamos fazendo uma cuidadosa análise, desagregada da sua composição, e obviamente o Governo estará adotando alguma perspectiva de médio e longo prazo – isso nunca nos faltou e espero que não nos falte – para não permitir que a situação fuja do nosso controle, como aparentemente fugiu no caso do México, no dia 20 de dezembro de 1994.

O Brasil, já disse uma vez e vou repetir, não será amanhã o México de hoje. Estou seguro que contaremos com o apoio do Congresso, do Judiciário e da sociedade brasileira para tal.

Sobre o outro comentário do Senador Eduardo Suplicy, a respeito das distorções do ACC, sobre o que tanto conversamos no passado, o que fizemos até agora foi retirar o compulsório sobre a ACC, na linha do que venho dizendo desde de 1º de julho: estávamos impondo os compulsórios ou faríamos quando considerássemos necessário; e com a mesma naturalidade e tranquilidade com que o impusemos, estaríamos também retirando e flexibilizando quando achássemos que as circunstâncias assim o sugeririam. Foi o que fizemos com a maior tranquilidade, sem nenhum pânico de nossa parte em relação à situação mexicana; faz parte de um cronograma que temos de lidar nesse processo de flexibilização.

Lamento, profundamente, afirmar, particularmente aos

meus amigos da imprensa, que não será anunciado de antemão, porque não se anunciam essas coisas de antemão, elas são feitas e ditas porque se fez.

Devo dizer que, no dia em que estourou a crise mexicana, em 22 de dezembro de 1994, o Banco Central interveio sim, quase 10 vezes, como a imprensa notou, no mercado porque queríamos dar uma clara indicação de que não permitiríamos que aqui se instaurasse o pânico que ocorreu no México, que fez com que a taxa de câmbio passasse de 3,4 para 5,9 no curto espaço de poucos dias. O equivalente aqui no Brasil seria o câmbio passar de aproximadamente 85 para 1,5 ou 1,4 em um curto espaço de tempo, o que teria consequências desastrosas para o combate à inflação e a pasteurização da economia brasileira.

Além do mais, creio que posso dizer que identificamos claramente os especuladores envolvidos nessa aposta, tentando reproduzir aqui o mesmo ataque especulativo contra o peso, que ocorreu no México. Bancos que compraram pesadamente posições em moedas estrangeiras, comprando inclusive a 85,5 a 86, contando que as venderiam no dia seguinte para o Banco Central por 87 a 88. Se tivéssemos permitido que esses poucos, pouquíssimos, que montaram essas enormes posições, prevalecessem nas suas apostas, o que nós teríamos é que os outros que estavam observando o desenrolar dos acontecimentos também gostariam de comprar a 87 para vender ao Governo por 88; outros gostariam de comprar a 89 para vender ao Governo por 90 ou 91; outros comprariam por 90 ou 91 para vender ao Governo por 92 ou 93, e nós entraríamos neste círculo vicioso, do **over shooting** (?), que é conhecido por qualquer um que tenha um pouco de experiência em crise e ataques especulativos contra a moeda e o efeito do **bad waggon** (?), instinto de rebanho que esse tipo de ataque especulativo engendra a ponto de virar uma profecia autoconfirmada.

Nós deixamos claro que não havia nenhuma razão para que o Brasil entrasse em pânico por contágio, nossa situação era e é diferente, e que nós manteríamos uma postura de calma e tranquilidade, o que não significa passividade e paralisia, como algumas vez nos acusam: "Já se passaram tantas horas e o Governo não tomou nenhum pacote drástico e salvador para lidar com isso."

Não nos anima tal propósito, nós tomaremos as decisões que nos pareçam adequadas, de maneira gradual e progressiva como sempre fizemos, mas quero assegurar ao Senador e a todos que me ouvem que o Governo não esteve, não está e não estará passivo, paralisado, se considerando vítima de eventos fora do seu controle. Existem mecanismos, instrumentos de respostas, e não hesitaremos em utilizá-los à medida que passa o tempo.

Peço desculpas por ter me estendido demais. Continuo à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Ministro Pedro Malan, após 19 dias do Governo Fernando Henrique, é cedo para fazer cobranças, mas vou fazer um apelo, quase uma recomendação, para que V. Ex^a, como Ministro da Fazenda, realize o que prometeu quando deu posse ao Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, ao afirmar que era sua intenção dedicar-se tanto a combater a miséria, resolver os problemas de tantos anos de injustiça social acumulados no País, quanto retomar os investimentos, o crescimento e o controle da inflação, meta para a estabilização, como tem enfatizado V. Ex^a. Estou consciente de que combater a inflação também é combater a pobreza.

Entretanto, tenho a convicção de que as diversas equipes econômicas, não apenas a do Governo Itamar Franco, mas as de governos anteriores e a presente, ainda não dedicaram a mesma energia que usaram, por exemplo, para elaborar o Plano Real, para

nomista designado pelo Secretário Winston Fritsch, José Carlos Jacob Carvalho, mostrou-me a conclusão preliminar que solicitava mais estudos sobre a viabilidade, e eu disse a ele com franqueza que não era possível que, após dois anos de estudos, chegassem a uma conclusão que deixa tanto a desejar, e escrevi quatro laudas de sugestão para que fosse aprofundado o estudo.

Percebi, ao dialogar com outros membros da equipe econômica, que não se está dedicando energia, tempo, como se fez para criar o Plano Real, porque parece que não se dá importância. É por que não se dá importância? Porque o diálogo não é com o Presidente ou com os Ministros – e aqui não falo pessoalmente do Ministro Pedro Malan, falo das equipes econômicas do País nas últimas 4 ou 5 décadas, desde que comecei a me interessar por este assunto –, mas sim com os empresários e com os credores internacionais. O diálogo é feito em Washington, em Nova Iorque, em Paris, em Londres, com os que ganham altas remunerações. Então, é preciso que os Ministros, os Deputados e Senadores ganhem também. Os Executivos neste País estão ganhando entre 8 mil e 14 mil reais por mês, mas como está a situação dos trabalhadores? Ah, o Presidente até visitaria os morros no Rio de Janeiro, mas agora está tão perigoso que é melhor não ir.

Então, Sua Excelência não vai ver a situação equivalente a Chiapas?

Outro dia, um dos chefes do Comando Vermelho, dentro da prisão, disse: enquanto não se resolver o problema da remuneração digna, do emprego, não adiantará as Forças Armadas realizarem esse trabalho, porque ficam latentes as razões que levaram as pessoas, sem alternativas, a partir para as ações marginais, como o tráfico de drogas, sequestros, ações de bandidos, para alcançar a sua sobrevivência.

O meu amigo, Ministro Pedro Malan, falava dessas questões desde 1972. Participei de um debate com S. Ex^a na Universidade de Berkeley, onde teve a coragem, ainda que filho do General Malan, numa conferência pública – lembro-me muito bem de suas palavras –, de criticar o regime militar que impedia a democratização e calava a voz de tantos marginalizados, para que se alcançasse no Brasil a melhoria da distribuição da renda e da riqueza. Nesses debates, S. Ex^a também assinalava que o salário mínimo estava aviltado e que não havia instrumentos de política econômica suficientes para ressarcir o direito à dignidade de milhões de brasileiros.

Essa é uma pergunta fundamental, Sr. Presidente. Faço um apelo ao Senador Ronan Tito...

O SR. RONAN TITO – Eu retiro a minha questão de ordem, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Muito bem, obrigado.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem a levantar.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pois não, Senador.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Sr. Presidente, o requerimento, de minha autoria e da autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Epitácio Cafeteira – três requerimentos em separado, que depois foram fundidos – era no sentido de que essa exposição fosse feita em plenário.

Quando tomei a iniciativa de pedir a retirada do requerimento para que a exposição fosse em plenário e nesta Comissão, era para que as questões aqui pudessem ser mais aprofundadas. Vejo, com alegria, que só isso justifica o fato. Enquanto no plenário o Senador Eduardo Suplicy não teria mais do que cinco minutos, aqui está tendo mais de 50 minutos. As questões que estão sendo abordadas são importantes.

A questão de ordem que eu queria levantar é no sentido de que temos uma agenda hoje. Há votações importantíssimas no plenário a serem feitas. O meu pedido, Sr. Presidente, é para que a

Mesa controle o tempo tanto das perguntas quanto das respostas, sem nenhuma censura, evidentemente, para que – creio também que a agenda do Ministro está muito cheia hoje – possamos encerrar dentro de poucos minutos, sem prejudicar a inscrição de nenhum colega.

É esse o apelo que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concordamos com a sugestão do Senador Mansueto de LAVOR de limitar o prazo para o encerramento da reunião. Já são 13h30min, vamos até 13h40min. Inclusive, houve votações importantes em plenário, e o Ministro Pedro Malan poderá ampliar as informações, para ver se vai convencendo os Senadores. O salário já foi votado.

O SR. RONAN TITO – Ele confia no patriotismo dos que ficam lá. A confiança no patriotismo lá é grande.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Passo a palavra ao Senador Pedro Simon; em seguida, ao Senador Ronan Tito, encerrando com o Senador Mansueto de LAVOR.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, é sobre isso que eu queria falar. Eu gostaria de ter cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Eu sei que V. Ex^a foi sempre muito objetivo, tanto nas suas perguntas quanto o interlocutor nas suas respostas.

É essa a colaboração que pedimos, ampliando o prazo para mais dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Presidente sempre pode vetar, se não for adequada a votação. Daí ser importante o meu tempo conversando com o Ministro da Fazenda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas eu faço questão de interferir. Pela primeira vez, desde que estou aqui, o Senador Eduardo Suplicy não foi socorrido por nenhum assessor. (Risos)

O SR. EDUARDO SUPLICY – Uma comunicação escrita também vale.

O SR. PEDRO MALAN – Vou procurar ser breve, para dar tempo. Eu teria um grande prazer em ouvir, como sempre faço, as palavras do Senador Ronan Tito.

Senador Eduardo Suplicy, Deus não me deu o dom de uma eloquência semelhante à sua. Vou tentar, na medida do possível, fazer alguns comentários sobre temas fundamentais que V. Ex^a levantou.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Tenho certeza que deu também.

O SR. PEDRO MALAN – Não, estou seguro que não, sou incapaz de reproduzir com tanta eloquência.

Eu gostaria – é um desejo pessoal – com a inauguração do Governo, da administração de Fernando Henrique Cardoso, que procurássemos deixar de lado essa figura de equipe econômica e passássemos a falar em governo. Isso é importante, assim como também é importante que deixemos de lado aquela característica de **primus inter pares**, que, infelizmente, ministros da Fazenda ocuparam neste País, dos quais se esperam considerações e comentários imediatamente sobre todo e qualquer assunto que é relevante, seja pertinente à sua Pasta ou não.

É muito importante que caminhemos para reconhecer o fato de que temos agora um governo com uma política que inclui, sim, Senador, todas as preocupações que V. Ex^a mencionou. E para esse tipo de discussão que V. Ex^a mencionou, eu gostaria que estivessem aqui, eu poderia estar presente também, os Ministros da Previdência, do Trabalho, a Secretária Anna Peliano, os ministros das várias áreas que têm algo a ver com essa questão fundamental, que é a problemática social do País. Espero que isso ocorra num futuro não muito distante, que o Governo seja visto como tal, e que a expressão "equipe econômica" fique relegada ao passado, porque, é verdade, V. Ex^a tem razão, fomos um número reduzido

que, em circunstâncias extremamente não auspiciosas, em meados de 93, tivemos que assumir a responsabilidade por fazer uma aposta firme nas estabilização do Brasil, trabalhando 16, 18 horas por dia neste programa. Seria pedir um pouco demais a pessoas que estão trabalhando 18 horas por dia num programa de estabilização que ao mesmo tempo se disponham, como desafio e como objetivo, resolver o problema secular dos desequilíbrios sociais, da distribuição de renda e riqueza deste País.

A expressão que ouço com frequência, e V. Exª a usou aqui de novo, Senador, é que o Governo brasileiro ainda não resolveu o problema social. Já li artigos de jornal dizendo que já se passaram 15 dias, e o Governo ainda não resolveu o problema social do Brasil. Ora, tenha a santa paciência! Mesmo em conversas com pessoas que têm desempenhado um papel fundamental nessa questão de trazer à cidadania a discussão dessas questões, estive, recentemente, com o Bispo Mauro Morelli, que me fez um apelo, e não precisava fazê-lo, para que eu, como Ministro da Fazenda, tivesse assento no Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que vai ser reformulado agora, para atribuir um peso significativo a essa problemática de fome e miséria no Brasil. E eu lhe disse que não precisava de convite, que obviamente eu gostaria de participar desse Conselho, assim como farão outros vários ministros. O Bispo Mauro Morelli disse-me que ele tem consciência de que o problema social brasileiro, que tem séculos, não se resolverá nos primeiros dias, semanas, meses ou anos de Governo. Ele usou a expressão décadas, para que o problema possa ser resolvido. Agora, como dizem os chineses, "uma longa marcha começa com o primeiro passo". E é fundamental dar os primeiros passos corretamente, na direção certa, com um sentido de direção e de propósito, com apoio desta Casa e da sociedade brasileira como um todo, porque é fundamental chamar a atenção para os problemas daqueles que não têm voz para trazê-los às instâncias de governo.

Senador, peço que leve em conta que o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central têm responsabilidades próprias, que demandam uma parcela ponderável de seu tempo. Não é realista pedir a um Presidente do Banco Central, a um Ministro da Fazenda, que seja o principal e único responsável pela resolução da problemática social do País ou pela eliminação da fome e da miséria. Há muito que ele pode e deve fazer para contribuir para tal, mas é fundamental que a cobrança seja feita não apenas ao Governo; a cobrança tem que ser feita também para o Legislativo, para o Judiciário e para as várias instâncias em que se organiza a sociedade civil. É um problema do País, não é um problema de um ministério, de uma equipe econômica, expressão que espero possa ser providencialmente banida dessa nossa discussão. O que temos é Governo, não é equipe econômica.

Sobre a sua observação de que o Programa Nacional de Solidariedade é apenas uma coordenação de programas já vigentes, que aparece como uma crítica, é da maior importância. O Governo gasta mal nessa área, Senador. É muito importante que os 3 a 4 bilhões de reais que estavam antes dispersos por uma miríade de programas ineficientes, ineficazes, sejam, sim, coordenados e aplicados de maneira mais eficaz e mais eficiente. A observação de que eram recursos já existentes, e, portanto, nada pode ser feito, talvez não se prove correta com o passar do tempo — o Programa de Solidariedade mostrará isso.

Devo dizer que o Dr. José Roberto Mendonça de Barros, por indicação minha, vem dedicando uma parcela ponderável de seu tempo à proposta de renda mínima de V. Exª e uma atenção considerável a esse relatório, e continuará fazendo, e está desde logo à sua disposição. Já estiveram juntos, ao que estou informando, mais uma vez...

O SR. EDUARDO SUPLICY — Temos dialogado.

O SR. PEDRO MALAN —...e espero que continuem, porque é importante o tema que V. Exª levanta no conjunto geral.

Não quero falar demais sobre essa questão de salários. Temos dito, de longa data, a maneira pela qual avaliamos, e não há outra maneira de fazê-lo, porque se não é uma postura simplista achar que o salário é, lamentavelmente, pequeno, e o é, todos nós reconhecemos isso, setenta reais é um absurdo. Não obstante, é ingênuo imaginar que não custa nada aumentar um salário de 70 para 100 reais, apenas 30 reais de aumento, parece muito pouca coisa.

V. Exª perguntou os números. V. Exª sabe que temos 12 milhões de pessoas cuja remuneração, na Previdência, está associada à remuneração do salário mínimo. A concessão de um aumento de 70 para 100 reais significa 5 bilhões de dólares a mais na Previdência, recurso que tem que ser alcançado de alguma outra forma e tem que ser identificado, assim como situações de prefeituras, em particular do Nordeste, ficam inviabilizadas com um aumento dessa natureza. A decisão, em última análise, é uma decisão política desta Casa. Agora, acredito que é responsabilidade de todos aqueles que a propõem indicar claramente a natureza do ajuste necessário para que essa concessão, digamos assim, por todos os títulos, justa não seja rapidamente comida na vertigem de um processo inflacionário, como tantas vezes aconteceu no passado, que se dá nominalmente e se retira de forma sub-reptícia, através da inflação, e se reduz à remuneração real.

Já vimos esse filme muitas vezes no passado, e acho que não deveríamos procurar, ingenuamente, reeditá-lo uma vez mais. O aumento tem que ser levado em consideração em função das suas implicações e repercussões para a Previdência, para as prefeituras de cidades pequenas, em particular do Nordeste, e as implicações transcendem em muito essa análise de um indivíduo que recebe, miseravelmente, setenta reais, continuaria recebendo, miseravelmente, com cem reais, mas nós estamos falando de milhões de pessoas e, portanto, bilhões de reais envolvidos nessa operação. Creio que é demagógico não chamar a atenção para esse problema.

No que diz respeito a salários de Ministros, Deputados e Senadores, não tenho nenhum comentário a fazer, exceto dizer que eu gostaria que tivéssemos, como decisão da sociedade, que é, obviamente, soberana, tão bem representada no Congresso, e seria, a meu juízo, um tanto ou quanto inadequada uma decisão de que a posição de Ministro só pode ser ocupada por pessoas de fortuna prévia, que já tenham acumulado uma fortuna no passado, ou que estejam pensando em se locupletar depois de ter exercido o cargo de Ministro, ou, o que é pior, enquanto exercem o cargo de Ministro. Quer dizer, salários que não permitem atrair pessoas que vivem honestamente de uma única fonte de renda, de seu salário, como existem vários no atual Governo, são decisões que podem ser tomadas, uma decisão da sociedade que posições ministeriais só podem ser ocupadas por pessoas de fortuna, ou previamente acumulada ou que tenham planos de acumulá-la durante ou após o exercício da atividade ministerial. Eu preferiria que o salário fosse tal que permitisse atrair pessoas dando condições de uma vida digna àqueles que vivem, única e exclusivamente, de seu salário. A decisão é da sociedade e do Congresso, ela tem óbvias implicações. Não quero tecer comentários sobre isso. Estou seguro de que o Senador Ronan Tito terá algo a dizer sobre o tema.

Muito obrigado e desculpem-me por ter falado demais.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) — Com a palavra, o Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Assessores do Ministério, Srs. Senadores, não podemos dispensar no mundo moderno a presença, a colaboração e mesmo, de certo modo, a orientação dos técnicos, dos sociólogos, dos planejadores,

dos economistas, enfim, dos peritos nestes ou naqueles setores. Que país poderia resolver problemas tão complexos sem que o saber dos técnicos fizesse presentes dados necessários para o conhecimento desses problemas? Não seria possível.

Não é o saber que faz o Governo; o Governo tem, evidentemente, uma inspiração. Muitas vezes quem governa é um homem que não sabe muito, mas que ama seu país e que tem a concepção intuitiva, generosa, cordial, da sua função. E governa bem com o auxílio dos técnicos. Se os técnicos, porém, governam e não querem o auxílio daqueles que são generosos, que são cordiais, que são amorosos, tornam-se escravos da concepção rígida da sua ciência, da sua formação. Não tenho nenhum despreço pelos técnicos; ao contrário, julgo-os, primeiro, homens necessários e, segundo, homens felizes. Porque são homens que acreditam nas coisas que fazem, e ninguém poder fazer as coisas se não acreditam nelas.

Todavia, eu fixaria uma diferença entre o saber e a sabedoria. A obra política é obra de sabedoria, talvez, é obra inspirada por atmosferas mais altas do que o simples saber no sentido da informação, ainda que profunda, ainda que ampla. E aqui me lembro da famosa frase de Sócrates, quando o oráculo o declarou o mais sábio de todos os homens. Sócrates respondeu: "Eu só sei que nada sei".

E me lembro de Guimarães Rosa, no tumulto do **Grande Sertão: Veredas**, quando coloca na boca do Sócrates sertanejo esta expressão: "Eu quase que nada sei, mas desconfio de muita coisa". Nesse desconfiar está a diferença entre o sabedor e o sábio. O sábio é tanto mais sábio quanto mais desconfia, e, via de regra, o sábio supõe saber pouco, mas desconfia muito; e o técnico presume saber muito, mas desconfia pouco.

Se houvesse da parte do técnico um pouco de desconfiança, pois é a palavra com outro sentido, a colaboração do técnico seria maior. Ele, aliás, deixaria de ser técnico e atingiria a faixa do sábio, que é o homem que deve saber de verdade.

Por isso, entendo que, se pudesse dar um prestígio maior aos técnicos, presença maior e mais constante, ao mesmo tempo encontrar alguém que com amor oriente e governe a Nação, teríamos conciliado o saber com a sabedoria, e a capacidade técnica com a intuição do Governo, ou especialista, ou político, dando-se ao político o sentido de preparação geral para os negócios públicos.

Sei que a solução, a conciliação é difícil, porque o domínio dos técnicos cresce dia a dia, mas acredito que a boa organização não elimina, não prescreve nenhuma das duas categorias, que, aliás, não põe em contraste. O político perfeito sabe que não pode prescindir do técnico; já o técnico, o mais perfeito, supõe que não carece do político, tem mesmo despreço pelo político. E isso é um mal que nada constrói, que não contribui para a solução dos problemas do País.

Evidente que essa página não é minha. Invejo-a. Ela é de Milton Campos e não foi dita nos dias de hoje. Milton Campos já é falecido há alguns anos – tem quase 30 anos essa página. Mas Milton Campos, como um político, como um sábio, sabia que o tempo é apenas um instrumento da história, e que a história muitas vezes se repete, e quase sempre se repete bisonhamente.

Fiz a leitura desse texto em apreço ao Dr. Pedro Malan. S. Exª sabe que tenho esse apreço por ele. V. Exª, nesse momento, deixa de ser técnico, é político. Não existe cargo mais político do que o cargo de Ministro da Fazenda. Eu já estou numa idade em que me é dado o direito de aconselhar. E, por me sentir muito estulto, não trago nenhum conselho pessoal meu, mas trago de um grande político mineiro, por quem tenho o maior apreço e a maior admiração.

Se me permitir, depois passo às mãos de V. Exª Tem aqui

um apenso bastante interessante, dirigido à imprensa, que em nada modificou nesses 30 anos. Mas isso deixo para um outro momento. Farei a leitura desse trecho da tribuna do Senado Federal em momento oportuno.

Sr. Presidente e Sr. Pedro Malan, estamos de pleno acordo: a inflação é uma peste, é uma praga. A inflação principalmente furta e rouba dos mais pobres; ela é cruel, ela é iníqua. Dizer que ainda não se fez nada para se tentar uma distribuição de recursos, um programa social, é tentar ilaquear a verdade dos fatos. Ou nós combatemos a inflação com tenacidade, com determinação, com percuciência, ou nunca vamos fazer a distribuição de renda tão sonhada – perdão – não só por V. Exª, nem só pelo Senador Eduardo Suplicy, sonhada por todos os brasileiros, sem distinção. Será que existe alguém neste País que sente prazer em comer um bife com ovos e arroz, vendo o seu irmão passar fome? Será? Será que essa indignação é somente de algum partido ou de alguma pessoa? Nego-me a acreditar, diante de Deus, que não exista neste País uma pessoa que não se torne de indignação diante desse fato.

Não sou economista; tentei fazer um curso de economia, mas parei na metade; sou um economista frustrado. Disse meu pai, à época, que entrei na escola, mas a escola não entrou em mim. Mas algumas coisas aprendi. Dizem que "se deve temer o velho diabo não tanto porque ele é diabo, mas porque ele é velho". E o passar dos anos já me ensinou algumas coisas.

Ministro Pedro Malan, nós todos queremos, desesperadamente, acabar com a inflação. Mas Santo Tomás de Aquino nos previne: "Tudo está no como". É no "como" que as coisas acontecem.

Os Senadores Eduardo Suplicy, Esperidião Amin e eu queremos combater a miséria. Na hora em que se chega ao "como", discordamos profundamente.

Tenho um certo medo, porque a garfagem que o Banco Central fez agora no dinheiro em circulação foi maior. Dr. Pedro Malan – já quantifiquei –, do que o seqüestro da poupança feito por Collor. Esse depósito ao Banco Central de todos os depósitos à vista e mais um percentual sobre as operações e mais um percentual sobre a exportação, mais um percentual... O Banco Central, pelo SISBACEN, me informou 42 bilhões, mas ainda não tinha terminado o cálculo de algumas operações com o mercado de futuro, que também está sujeito – 42 bilhões de reais.

Com isso, Ministro Pedro Malan, o que está acontecendo? Uma bomba de sucção violentíssima do setor especulativo, do setor financeiro, em cima do setor produtivo, no que resta e no que pode. Estamos fazendo uma transfusão de sangue violentíssima do setor produtivo para o setor poupador – se quiser um eufemismo mais agradável, para os banqueiros e para os poupadores.

Essa é a primeira e enorme preocupação. Basta ler a **Gazeta Mercantil**: os títulos, os protestos e os pedidos de concordata estão se avolumando.

Estou lendo o livro do Roberto Campos, com um prazer extraordinário. Ele conta um fato de um representante de um país pobre que foi ao FMI conversar com o Secretário de Estado dos Estados Unidos e disse, num determinado momento, o seguinte: "Não temos inflação, não temos déficit público, as finanças estão todas arrumadas". E o Secretário de Estado perguntou: "E o crescimento, como vai? O desenvolvimento, como vai?" Respondeu: "Estamos numa certa recessão neste momento". O Secretário disse: "Estou querendo um eufemismo para me acudir. A isenção do pecado contra a castidade, quando é por impotência, não tem mérito algum. Guardar a castidade quando se é impotente não é vantagem alguma".

Portanto, procede a preocupação do Senador Eduardo Suplicy, que deve ser, e acredito firmemente que seja, a de todos os brasileiros: só pode existir distribuição de renda se houver cresci-

mento; ou, se não, tem-se o processo revolucionário: a gente coloca no paredão, mata, pega as coisas, retalha, distribui etc. Só há duas maneiras de distribuir.

Também aprendi com a história que não há possibilidade de se conter a inflação e distribuir imediatamente a renda. Estou cansado de saber disso! Não existe exemplo na história da humanidade! Se alguém tiver a receita, pelo amor de Deus, nos forneça!

Por outro lado, tenho medo de ir matando uma galinha de ovos de ouro aqui, outra ali, e desestruturarmos esse setor extraordinário que é o empresariado brasileiro! Ainda hoje falávamos – e me atrasei para esta reunião porque estava na Comissão de Relações Exteriores – da competência do empresariado nacional. Que coisa extraordinária! E alguém disse que tem medo do MERCOSUL. Se eu fosse argentino, uruguaio ou paraguaio, eu estaria morrendo de medo do MERCOSUL. Sendo brasileiro, não tenho nenhum medo do MERCOSUL. Aliás, eu até precipitaria o funcionamento do Mercado Comum Latino-Americano, para depois ir acertando a lei.

Agora vem o último apelo deste Senador, que está no ocaso da sua vida parlamentar, já não sem tempo. Penso que já amolei muito a paciência desta Casa e, principalmente, a paciência do Senador Eduardo Suplicy, a quem peço perdão, principalmente por aquela questão de ordem inoportuna que eu acabava de fazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Nos últimos quatro anos, V. Exª tem sido um estímulo muito importante para mim. A interação entre nós dois contribuiu para que eu desse passos mais seguros. Isso não ocorreria se não houvesse o desafio e as observações de V. Exª. Muitas vezes, aprendi graças às advertências e às provocações de toda natureza. Isso faz parte do valor da instituição a que pertencemos, o Senado Federal.

O SR. RONAN TITO – Muito obrigado. Quero dizer a V. Exª que esse sentimento é recíproco. Nessa troca de saber, devo dizer que o meu débito com V. Exª é enorme.

Sr. Ministro Pedro Malan, a preocupação última – **last but not the least** – é a agricultura. Sr. Ministro, Sr. Presidente desta Comissão, Srªs e Srs. Senadores, temos que acertar neste aspecto. Não podemos continuar quebrando a agricultura brasileira como vínhamos fazendo e tampando o sol com a peneira.

O Plano Collor II reajustou – todos nós sabemos isso de cor – as taxas dos agricultores em 73,22%, e o preço mínimo em 41%. Esse **gap** de mais de 30% está nas costas do agricultor.

O Banco do Brasil – mais de uma vez, da tribuna, eu disse isso ao Presidente do Banco do Brasil e ao Diretor da Carteira Agrícola – está tampando o sol com a peneira. E o pior: está cometendo um crime, incentivando os seus gerentes a fazerem financiamentos de custeio para pagar o débito anterior desse **gap**.

Penso que não é o Banco do Brasil que deve fazer o pagamento, mas sim o Tesouro Nacional. Não pode ser o agricultor, por três razões: pela minha sensibilidade política; por eu ser agricultor; e por eu ter o péssimo hábito de querer comer arroz com feijão e bife e tomar leite.

Nós estamos matando a agricultura. Não adianta tampar o sol com a peneira. O débito está montando juros em cima de juros e é impagável. É triste constatar que todos os bancos particulares já fizeram os seus acertos com os agricultores; só o Banco do Brasil não fez.

É verdade que o Banco do Brasil tem a maior parcela. Todas as vezes que apelamos ao Banco do Brasil, ele diz: "O problema está no Tribunal de Contas; se fizermos um acerto, o Tribunal de Contas..." O problema é sempre de alguém, e o coitado do agricultor está sem voz e sem vez. Alguns dos que aqui querem levantar a voz em nome dos agricultores são os pecuaristas de corte, que não têm nada a ver com o agricultor e que até disputam dentro de

uma mesma área.

Este é meu apelo. Não quero resposta de V. Exª, mas suplico que haja um empenho para resolver o assunto, em nome dos meus companheiros menos afortunados e dos pequenos agricultores, que, cada vez mais, estão diminuindo.

Este Brasil é psicodélico! Falamos em reforma agrária, e, no entanto, a cristalização das propriedades nos últimos dez anos é a mais cruel de toda a História da Humanidade. Estamos fazendo uma reforma agrária ao contrário, e o Banco do Brasil tem respostas para tudo. Uma delas é a seguinte: "Atendemos, no custeio, a todos os pequenos agricultores".

V. Exªs sabem o que é, no critério do Banco do Brasil, um pequeno agricultor? É um sujeito que, durante o ano, tem um faturamento de R\$16.000,00. Se o agricultor ordenha uma cabra e vende o seu leite, ele é pequeno produtor; se o agricultor passar a ordenhar duas cabras, ele é grande produtor.

Tenho medo de criarmos mais e mais programas para conter a fome dos nossos irmãos e, depois, não termos produtos para levarmos a eles. Nem sempre o feijão está disponível no mercado interno. É verdade que o Japão é capaz de ter um excedente de produção de arroz para exportar e até para nos doar. Mas isso seria por demais vergonhoso.

São estas as minhas duas súplicas. Devemos meditar sobre a questão do enxugamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª me permite uma breve interrupção? Não quero ser indelicado com V. Exª

O SR. RONAN TITO – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Apenas gostaria de justificar que vou ausentar-me para votar o projeto de salário mínimo, e não por indelicadeza com V. Exª

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, encerro aqui a minha participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan, que já está na Comissão há quatro horas, e há também o compromisso de um almoço.

Então, passamos a palavra para o Ministro, que deverá responder ao Senador Ronan Tito rapidamente, e, para encerrar, ao Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MINISTRO (Pedro Malan) – Quero dizer ao prezado amigo, Senador Ronan Tito, que estava aguardando, com interesse, o texto a cujo anexo fez referência. Acabei de recebê-lo e muito agradeço.

Devo agradecer também, emocionado, nobre Senador, o fato de V. Exª me ter chamado, mais de uma vez, de Senador Pedro Malan. Fico comovido com a lembrança de V. Exª ter-me elevado a essas alturas. Quero dizer que, infelizmente, falta-me competência, engenho, arte e paixão para tal.

Quanto à "rasgação de seda" mútua entre V. Exª e o Senador Eduardo Suplicy, porque ambos têm débito para com o outro, quero dizer que não tenho débito não só para com os dois, mas para com todos os Senadores com quem tive o prazer de entrar em contato, ao longo desses últimos anos, nesta Casa.

Alguns comentários rápidos sobre suas observações, sempre pertinentes: primeiro, não poderia concordar mais em dizer que o diabo está nos detalhes, com frequência. Às vezes, após grandes manifestações e discursos de meritosos objetivos, quando se vai operacionalizá-los – em particular, considerar os seus **trade off** – é que aparecem as dificuldades. Isso vale para a inflação e também para toda essa problemática social e sua interação com o econômico.

Quero dizer que não concordo com V. Exª em duas questões. Primeiro, V. Exª chamou de "garfada" o que o Banco Central teria dado nesses compulsórios sobre depósito à vista, depósito a

prazo, depósito de poupança e ACC. Acho que não é "garfada", no sentido de que não é um confisco. Eles estão simplesmente recolhidos, temporariamente, ao Banco Central; mas serão devolvidos.

O SR. RONAN TITO – Trata-se de uma "garfada" temporária.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Ministro, com licença?

O SR. MINISTRO (Pedro Malan) – Pois não.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Qual é o número exato desse depósito compulsório?

O SR. MINISTRO (Pedro Malan) – A última vez em que o vi, no final de dezembro, estava em quarenta e poucos bilhões de reais.

Então, liberamos os 15% do ACC do compulsório, e já disse que nessa direção estaremos caminhando. Mas não é um confisco, vamos deixar isso claro, simplesmente por considerações de natureza macroeconômica que se mostraram acertadas.

Mesmo com esse recolhimento compulsório, como V. Exª sabe, o Natal de dezembro de 1994 foi o melhor de muitos anos. Todo o comércio varejista teve um momento de vendas que não encontra precedentes desde os anos 80. Imaginem, se esses recursos estivessem disponíveis para consumo, o impacto inflacionário que isso poderia ter!

Enfim, fica a observação de que não chamamos de "garfada", mas de elemento de condução da política macroeconômica, de caráter temporário, já em processo de reversão.

Peço perdão pelo excesso de jargão nessa questão.

A outra questão com que não poderia mais concordar com V. Exª é em relação à competência. O mundo empresarial brasileiro já deu mostras cabais de competência. Isso não é discurso; é prática.

Mas a discordância a que me referi – se entendi mal, V. Exª me corrija, por favor – é a seguinte: V. Exª disse que a imprensa brasileira não teria mudado nos últimos 30 anos. Conheço algumas dezenas de países do mundo e as suas respectivas imprensas. Quero dizer que tenho pela nossa um enorme apreço. Acho que ela mudou, profissionalizou-se, melhorou incrivelmente nos últimos 30 anos e hoje é uma das melhores do mundo.

Eu brigo com alguns dos meus amigos da imprensa, porque acho que, por vezes, alguns se deixam levar por aquilo que chamo de comoção do dia, alarido do momento, crise cotidiana, quando, na verdade, deveria haver uma capacidade maior de situar eventos cotidianos num contexto, num processo – essa é a palavra que digo, para desespero de alguns – mais amplo, no qual se situa a notícia. Deve-se situar a notícia em um contexto, e não fazer como aquele famoso personagem Dudu Alarmista, de Veríssimo – um dos maiores gênios do humorismo brasileiro, com a sua tira "As Cobras", do **Jornal do Brasil** –, que está sempre cruzando a tira, em velocidade supersônica, com um alarme qualquer, um drama, uma tragédia, para a qual não existe solução, e cuja tendência é alarmar-se ainda mais, quando alguma explicação lhe é dada.

Acho que há uma responsabilidade aqui envolvida. Veríssimo capturou parte do inconsciente coletivo ou do imaginário do brasileiro, ao criar não só o Dudu Alarmista mas também um outro personagem, também da tira "As Cobras", que é o bicho que faz "ih!". Em qualquer notícia, a sua única reação é a interjeição "Ih!"; e, quando qualquer explicação lhe é dada, o som aumenta: o "i" original vira "IIIIH!".

Essa situação dos dois personagens de Veríssimo traduz certa percepção alarmista, que gostaria que tivéssemos um pouco menos.

Mas, dito isso, quero dizer que tenho um enorme respeito e admiração pela imprensa brasileira.

O SR. RONAN TITO – Eu li o texto, mas não a parte final,

que trata justamente do relacionamento dos políticos com a imprensa. É o texto final.

Eu disse que esse relacionamento não mudou em nada nos últimos trinta anos. Eu pediria a V. Exª, que tem agora o papel em mãos, que lesse, porque do contrário o meu pensamento ficará incompleto.

O SR. PEDRO MALAN – Qual é o parágrafo, por favor, Senador? Eu prefiro que V. Exª mesmo o faça, porque eu não seria capaz de fazê-lo com a entonação apropriada.

O SR. RONAN TITO – "A campanha contra o Congresso encontra, por outro lado, eco, apoio, ajuda nos grupos sociais que se sentem por ele prejudicados. Verdade que à hora em que se sentem sem ele, são os primeiros a lamentar a sua ausência. Foi assim em todas as noites ditatoriais que temos vivido. Os criticados não nos perdoam. Os investigados odeiam-nos. Os desatendidos batem palmas aos que investem contra nós. Parte da imprensa brasileira está a falar, de vez em quando, na necessidade de ser prestigiado ou restaurado o poder civil. Mas que é o poder civil? A brigada de choque desse poder – se ele existe – é o grupo político, é principalmente o Congresso, onde vivem paisanos e militares, confraternizados, a serviço do País. A imprensa, entretanto, ou boa parte dela, tem preocupação em destacar apenas as nossas falhas, os nossos defeitos, que são muitos, é verdade.

E eu aqui faço minhas as palavras de Milton Campos: "São muitos, são enormes os nossos defeitos; mas nós, porque somos um Poder desarmado e um Poder transparente, mostramos-nos nus, mas querem mostrar as nossas entranhas. E nós não gostamos das nossas entranhas, nem mesmo nós". Generalizando, para atingir a instituição por inteiro.

Ora, se somos o que somos, na caricatura diária de certos jornais, como restabelecer um poder civil condenado?

Certos grupos econômicos e financeiros não perdoam, por sua vez, as investigações que o Congresso faz, a legislação que aprova contra os seus abusos, o intervencionismo estatal. Quem quer que haja pleiteado um favor pessoal de um Deputado ou Senador e não tenha sido atendido – às vezes, até apesar do esforço do Parlamentar –, é um revoltado contra toda a instituição. E assim a opinião pública vai-se tomando de má vontade para com o Poder Legislativo." (Milton Campos)

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Agora, pedimos a colaboração do Senador Mansueto de LAVOR. Para encerrarmos esta importante reunião, V. Exª está com a palavra.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Não quero tomar mais do que três minutos do Sr. Ministro, que já está realmente atrasado com seu compromisso com o Presidente da República.

É evidente que o povo brasileiro aprovou o Plano Real. É inequívoca essa aprovação. O resultado das eleições foi bastante claro.

Sr. Presidente, sobre o Plano Real, tomo como exemplo o personagem de Guimarães Rosa, citado pelo Senador Ronan Tito: não sei nada sobre o Plano Real, mas desconfo de alguma coisa.

Dizem que a crise mexicana não abalou o Plano Real, não abalou a economia brasileira, pois somos diferentes, tudo bem. Houve abalo na Bolsa, houve diminuição das reservas. Creio que se está querendo dar ao Plano Real uma paz, alguma coisa pareci-

da com aquela paz dos cemitérios.

Vejamos, rapidamente, a questão das âncoras do Plano Real, primeiramente a âncora cambial. Desconfio, também como o personagem de Guimarães Rosa, dessa história de transformar o dólar quase que numa moeda do podre. É o que está ocorrendo aqui. Isso é artificial. Essa cotação do dólar não é de mercado, é artificial! O Banco Central está intervindo várias vezes ao dia para manter uma cotação excessivamente baixa do dólar. Isso dá tranquilidade, dá segurança? Essa âncora cambial não está sendo corôida? Não está havendo fraqueza nessa âncora cambial?

Quanto à questão das reservas, eu pediria – não agora, porque não há tempo – que me fosse enviado o perfil das reservas. Quanto eram em dezembro do ano passado? Quanto eram antes da crise mexicana e quanto são hoje? Qual foi o impacto, pelo menos por coincidência, nessas reservas? Em segundo lugar, qual é o capital especulativo dessa reserva? Onde está? O que rende para o País? Essas reservas são fatores de aumento do endividamento interno? É verdade que, para manter essas reservas altas, o País se endivida internamente? É verdade que aquelas reservas depositadas em bancos internacionais recebem pouco mais de 3% anuais de remuneração, e no endividamento interno, causado por esse nível alto de reserva, paga-se 20% ou 30% de juros ao ano? Quanto é que se paga por ano internamente? O que isto representa sobre a âncora fiscal? Realmente, depende da aprovação de uma ampla reforma fiscal pelo Congresso. Portanto, ainda não há segurança nesse ponto.

A grande âncora da produção ameaça o próprio Plano. Parece-me que o Plano inibe a produção. Essa abertura indiscriminada que houve nos meses de novembro e dezembro, que afetou a balança, criando déficit nos dois meses de mais de 1 bilhão e 120 milhões, como o próprio Ministro informou aqui, vem também diretamente em prejuízo da produção nacional organizada; ela pode desorganizá-la. E o exemplo é de outros países: Argentina, Chile, etc.

Por último, a âncora cambial. Uma economia que não suporta um salário de R\$100,00 mensais é doente. Ouvimos os parceiros do Mercosul – parlamentares, empresários e trabalhadores de outros países, da Argentina, sobretudo – acusar-nos de **dumping** social, pelo fato de a maior economia do Mercosul ser a que paga os salários mais aviltantes da América do Sul e, talvez, do mundo. Isto não se pode conceber.

Ouvi, hoje, um Governador eleito pelo povo e que vai tomar posse, dizendo que o Congresso, ao aprovar um salário de R\$100,00 por mês, está cometendo um ato de demagogia, porque a economia brasileira não suporta um salário desses. Tristes de nós se esta economia não suportar realmente esse salário aprovado pelo Congresso, porque teremos uma estátua de ouro com os pés de barro, que pode ruir a qualquer momento.

Pediria a V. Ex^a, não havendo tempo realmente, que nos enviasse sobretudo o perfil das reservas cambiais do País, da remuneração dessas reservas a nível internacional, se elas causam ou não o aumento do endividamento interno e qual é o custo financeiro desse endividamento.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Senador, posso dizer que as informações que V. Ex^a pediu sobre reservas ser-lhe-ão encaminhadas. Quero apenas fazer um comentário muito rápido.

É verdade que a **Libor** chegou a três e pouco por cento há algum tempo. Já chegou a 7%. A remuneração das nossas reservas, portanto, não pode ficar presa aos 3% que foram a sua remuneração quando a **Libor** chegou a 3%. Hoje, a **Libor** está a 7% e a

remuneração das nossas reservas está mais próxima desse percentual do que dos 3% anteriores. Mas a informação ser-lhe-á encaminhada.

Sobre câmbio, mencionei as várias intervenções que fizemos no dia 22 de dezembro, mas V. Ex^a falou em intervenções diárias do Banco Central no mercado de câmbio. Devo dizer-lhe que não existe tal coisa. São raras as intervenções do Banco Central no mercado de câmbio. As cotações têm sido determinadas pela situação de excesso de oferta de moeda estrangeira em relação à sua demanda, com escassas intervenções do Banco Central no mercado.

Sobre o salário mínimo, eu não poderia deixar de fazer um comentário. Disse V. Ex^a, com propriedade, que é difícil explicar, em particular para aqueles que recebem salário mínimo, que um País pobre como o Brasil não suportaria um aumento de R\$70,00 para R\$100,00 no salário mínimo. Gostaria de enfatizar que a nossa preocupação não é com a economia brasileira. Aliás, o número de assalariados no setor privado da economia brasileira que recebe o mínimo é extremamente reduzido. As estimativas que nos chegam, precárias como todas as estimativas dessa natureza, são, no mercado formal, de algo como 12%, 13% do total. No setor informal, penso que V. Ex^as, que têm serviços domésticos – eu não tenho – saberão avaliar as dificuldades que existem em contratar pessoas adequadas com a remuneração de salário mínimo, pelo menos nas grandes cidades brasileiras. O problema não é da economia brasileira, o problema é do setor público.

Mencionei aqui, em particular, o efeito sobre a Previdência. Contamos em bilhões e bilhões de reais o efeito dessa elevação. Não é que a economia brasileira não comporte. Tanto comporta que o setor privado vem pagando salários que são múltiplos do salário mínimo. O salário de um metalúrgico do ABC (de um empresário industrial), é um múltiplo do salário mínimo. A economia brasileira privada comporta, sim, Senador. A questão que se levanta refere-se aos efeitos sobre a Previdência, que é setor público, e, volto a insistir, sobre Prefeituras de pequeno porte, em particular nas cidades mais pobres do País. Nós ouvimos dos próprios Prefeitos e dos próprios Governadores o efeito que teria um aumento mandatário do salário mínimo dessa proporção.

Esclarecido isso, quero dizer que V. Ex^a tem toda razão. A economia privada brasileira comporta, sim, tanto é que já está pagando salário muito superior ao salário mínimo.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Ministro, a cotação (taxa) do dólar em R\$0,85 é, ou não, artificial?

O SR. PEDRO MALAN – Vou responder à pergunta com uma resposta que um velho inglês, cínico, cético, deu, quando lhe perguntaram, em inglês: **How is your wife?** E a resposta foi: **Compared what?** Quer dizer: Como está sua mulher? E ele disse: Comparado com o quê? (Risos) Essa é a questão relevante. É uma pergunta que faço com frequência àqueles que me procuram para dizer que o câmbio está inadequado. Sempre pergunto, com o mais honesto, sério e franco dos impulsos: O que o senhor acha que seria um câmbio adequado? É surpreendente o número de pessoas que respondem: Em torno de R\$1,3 por dólar. Digo: Olha, implícito na sua resposta à minha pergunta está a idéia de que devemos voltar a ter neste País – penso que não devemos tê-lo – uma situação em que câmbio era um preço administrado pelo Governo, perfeitamente indexado, numa base diária, à inflação corrente. Aqueles que acham que o câmbio hoje deveria estar em R\$1,2 ou R\$1,3 são os que fazem projeções de R\$1,5 até o final de 1995.

Nós não vamos voltar a essa situação. Voltar a essa situação significa que o programa fracassou e que o Brasil teve de voltar a ter câmbio indexado diariamente à inflação corrente, a fazer uma política de preservação do câmbio real constante. Isso não é reco-

mendável e não será feito.

Outros pensam que há simbolismo envolvido na relação de um para um. É pura simbologia. Lembro-me muito bem – acompanho esse assunto há muito tempo – de que, há nove anos, a relação iene/dólar era de 270 ienes por dólar; hoje, é de 97,98 ienes. Lembro-me que houve grandes discussões sobre a quebra da barreira psicológica de 200 ienes por dólar, e foi rompida. Lembro-me do que era mais grave ainda: a enorme barreira psicológica que era 100 ienes por dólar, e que foi rompida também. A economia japonesa não desapareceu. A indústria japonesa não foi sucateada, não sumiu do mapa; continua gerando superávits comerciais e continua com suas exportações.

Volto a dizer: há vários outros determinantes da estabilidade do setor exportador que não o câmbio ou uma fixação como valor.

O mesmo aconteceu com a Alemanha. Há dez anos, precisava de 3,5 marcos para comprar um dólar. Hoje, precisa de 1,5 marcos. Não se tem notícia de que a indústria alemã tenha sido sucateada, tenha desaparecido, que os superávits comerciais da Alemanha tenham sumido do mapa e que as suas exportações tenham desaparecido. Pelo contrário, continuam lá, vibrantes como sempre foram. Por quê? Porque há outros determinantes da rentabilidade da atividade exportadora além do câmbio. Por exemplo: aumento da produtividade, redução de impostos, melhoria da infra-estrutura, desregulamentação, desburocratização, redução do custo do trabalho, o que devemos fazer aqui.

V. Ex^a mencionou o **dumping** social de salários baixos no Brasil. Os salários no Brasil, medidos, interessam ao empresaria-

do, que é o custo de emprego de uma unidade de trabalho, que leva em conta o salário real e mais todos esses adicionais que se somam à carga, que fazem com que ele seja mais do dobro. O salário real, tal como é recebido pelo assalariado, significa um custo efetivo do fator trabalho, que também afeta a competitividade da exportação, assim como faz o custo/capital, seja produtivo, seja de giro.

Há uma gama enorme de itens em nossa agenda para os próximos meses e anos que permitem aumentar a rentabilidade do setor exportador, sem que se tenha uma idéia fixa de que câmbio é a única forma de fazê-lo.

É relevante a pergunta: qual é o câmbio (taxa) ideal? Uns entendem que R\$1,2; outros, que é R\$1,1; outros pensam que é R\$1,0; outros, R\$0,95; outros, R\$0,90; outros, R\$0,85; outros, R\$0,80; e outros, ainda, R\$0,75.

De modo que o mercado, em última análise, funciona em parte como algum elemento de balizamento dessa taxa. Não vou expressar a minha opinião pessoal, porque ela vale tanto quanto a de qualquer um nesta sala. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Agradecemos a presença do Ministro Pedro Malan nesta Comissão, bem como do seu Assessor Especial, Secretário de Política Econômica, Dr. José Roberto Mendonça de Barros.

Declaramos encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a sessão às 14h19min.)

<p>MESA</p> <p>Presidente José Sarney - PMDB - AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos - PFL - MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares - PFL - RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros - PMDB - AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias - PPR - MS</p> <p>4º Secretário Ernandes Amorim - PDT - RO</p> <p>Suplentes de Secretário Ney Suassuna - PMDB - PB Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR José Dutra - PT - SE Antonio Carlos Valadares - PP - SE</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder</p>	<p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder</p> <p>Vice-Líder Guilherme Palmeira João Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder</p> <p>Vice-Líder</p>	<p>Valmir Campelo LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder</p> <p>Vice-Líder LIDERANÇA DO PP</p> <p>Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PPR</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder Eduardo Suplicy</p> <p>LIDERANÇA DO PMN</p> <p>Líder</p>
---	--	--

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Secretaria Legislativa – Diretoria: Denise R. A. Zoghbi
Ramais: 311-3938 / 311-3939
Subsecretaria de Comissões: Diretor: Raimundo C. Silva
Ramais: 311-3488/311-3489/311-3490

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Vago

Vice-Presidente: Senador Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Anir Lando RO-3111/12
Cid S. de Carvalho CE-3058/59
José Fogaça RS-3077/78
Jacques Silva GO-3134/35
Márcio Lacerda MT-3029/30
Ney Suassuna PB-4345/46
Pedro Simon RS-3230/31
Wilson Martins MS-3114/15

César Dias RR-3064/65
Mansueto de Lavor PE-3183/84
Garibaldi A. Filho RN-4382/92
Gilberto Miranda AM-3104/05
Mauro Benevides CE-3194/95
Aluizio Bezerra AC-3158/59
Divaldo Suruagy AL-3185/86
Alfredo Campos MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho BA-3173/74
Guilherme Palmeira AL-3245/46
Lourival Baptista SE-3027/28
Odacir Soares RO-3218/19

Marco Maciel PE-3197/98
Ailton Oliveira AP-3191/92
Élcio Álvares ES-3131/92
João Rocha TO-4071/72

PSDB

Jutahy Magalhães BA-3171/72
Mário Covas SP-3177/78
Maurício Corrêa DF-3127/28

Almir Gabriel PA-3145/46
Teotônio Vilela Filho AL-4093/94
Albano Franco SE-4055/56

PPR

Epitácio Cafeteira MA-4073/74
Espiridião Amin SC-4206/07
Carlos De'Carli AM-3079/80

Hydekêl Freitas RJ-3082/83
Lourenberg N. Rocha MT-3035/36
Jarbas Passarinho PA-3022/23

PP

Vago

João França RR-3067/68

PDT

Magno Bacelar MA-3073/74

Lavoisier Maia RN-3239/40

PTB

José Eduardo PR-4064/65

Marluce Pinto RR-4062/63

PRN

Aureo Mello AM-3091/92

Ney Maranhão PE-3101/02

PSB+PT+PMN

José Paulo Bisol RS-3224/25

Francisco Rollemberg SE-3032/34

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Fones da Secretária: 311-3972/4609/4612

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões – Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Senador Jutahy Magalhães

Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando RO-3111/12

Aluizio Bezerra AC-3158/59

Ney Suassuna PB-4345/46
César Dias RR-3064/65
Cid Sabóia de Carvalho CE-3058/60
Divaldo Suruagy AL-3180/85
Coutinho Jorge PA-3050/4393
Ronaldo Aragão RR-4052/53
Garibaldi A. Filho RN-4382/92
Márcio Lacerda MT-3029
Vago

PB-4345/46

RR-3064/65

CE-3058/60

AL-3180/85

PA-3050/4393

RR-4052/53

RN-4382/92

MT-3029

João Calmon ES-3154/55

Onofre Quinan GO-3148/49

Pedro Simon RS-3230/32

José Fogaça RS-3077/78

Ronan Tito MG-3038/39

Gerson Camata (licenciado)

Jacques Silva GO-3133/34

Vago

Vago

PFL

Lourival Baptista SE-3027/28
Dario Pereira RN-3098/99
Odacir Soares RO-3218/19
Alexandre Costa MA-3070/71
Carlos Patrocínio TO-4058/68

SE-3027/28

RN-3098/99

RO-3218/19

MA-3070/71

TO-4058/68

João Rocha TO-4071/72

Marco Maciel PE-3197/99

Hugo Napoleão PI-3085/86

Raimundo Lira PB-3201/02

Guilherme Palmeira AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel PA-3145/46
Reginaldo Duarte CE-3242/43
Jutahy Magalhães BA-3171/72
Albano Franco SE-4055/56

PA-3145/46

CE-3242/43

BA-3171/72

SE-4055/56

Dirceu Carneiro SC-3179/80

Maurício Corrêa DF-3127/28

Teotônio V. Filho AL-4093/94

Joaquim Beato ES-3203/04

PPR

Afonso Camargo RR-3062/63
Epitácio Cafeteira MA-4073/74
Lucídio Portella PI-3055/56
Carlos De'Carli AM-3079-80

RR-3062/63

MA-4073/74

PI-3055/56

AM-3079-80

Jarbas Passarinho PA-3022/23

Moisés Abrão TO-3136/37

Lourenberg N. Rocha MT-3035/36

Levy Dias MS-3015/17

PP

João França RR-3067/68
Nelson Carneiro RJ-3209/10

RR-3067/68

RJ-3209/10

Meira Filho DF-3221/22

Vago

PDT

Lavoisier Maia RN-3240/41
Magno Bacelar MA-3074/75

RN-3240/41

MA-3074/75

Darcy Ribeiro RJ-4221/30

Vago

PTB

Marluce Pinto RR-4062/63

RR-4062/63

Jonas Pinheiro AP-3206/07

PRN

Áureo Mello AM-3091/92

AM-3091/92

Ney Maranhão PE-3101/02

Secretário: Raymundo Franco Diniz

Telefones: Secretaria: 311-515/4608/7285

Sala de reuniões: 311-3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 – Ala Sen. Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito MG-3038/39/40
Fernando Bezerra RN-4382/92
Ruy Bacelar BA-3161/62
Ronaldo Aragão RR-4052/53
Alfredo Campos RO-3064/65/66
Mansueto de Lavor PE-3182/83/84
Aluizio Bezerra AC-3158/59
Gilberto Miranda AM-3104/05
Jacques Silva GO-3148/50

MG-3038/39/40

RN-4382/92

BA-3161/62

RR-4052/53

RO-3064/65/66

PE-3182/83/84

AC-3158/59

AM-3104/05

GO-3148/50

Mauro Benevides CE-3194/95

José Fogaça RS-3077/78

Flaviano Melo AC-3493/94

Cid S. de Carvalho CE-3058/59

Coutinho Jorge PA-3050/4393

Pedro Simon RS-3230/32

Divaldo Suruagy AL-3185/86

João Calmon ES-3154/56

Wilson Martins MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio TO-4058/68
Raimundo Lira PB-3201/02
Ailton Oliveira AP-3191/92/93
Élcio Álvares ES-3131/32
João Rocha MA-4071/72

TO-4058/68

PB-3201/02

AP-3191/92/93

ES-3131/32

MA-4071/72

Dario Pereira RN-3098/99

Odacir Soares RO-3118/19

Hugo Napoleão PI-3085/87

Josaphat Marinho BA-3173/75

Joel de Hollanda PE-3197/98

PSDB

Fernando H. Cardoso	SP-311/18	Reginaldo Duarte	CE-3242/43
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Jutahy Magalhães	BA-3171/72

PPR

Afonso Camargo	PR-3062/63	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Espiridião Amin	SC-4206/07	Laurenberg N. Rocha	MT-3035/36
Moisés Abrão	TO-3136/37	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP

Irapuan Costa Júnior	GO-3089/90	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Meira Filho	DF-3222/05		

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Vago	

PTB

Jonas Pinheiro	AP-3206/07	José Eduardo	PR-4059/60
----------------	------------	--------------	------------

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92
--------------	------------	-------------	------------

PSB/PT/PMN

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3516/4605/4683

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões: Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL - CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3039/40	Flaviano Melo	AC-3493/94
Alfredo Campos	MG-3237/38	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
Mauro Benevides	ES-3203/04	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Pedro Simon	AL-3185/86	Cesar Dias	RR-3064/65
João Calmon	ES-3154/55		
Ruy Bacelar	BA-3160/61		

PFL

Alexandre Costa	MA-3069/70	Marco Maciel	PE-3197/98
Lourival Baptista	SE-3027/28	Odacir Soares	RO-3218/19
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Josaphat Marinho	BA-3173/74

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Fernando H. Cardoso	SP-3117/18

PPR

Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Eptácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PTB

Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	
---------------	------------	------	--

PRN

Vago	Rachid Saldanha Derzi	MS-4770/71
------	-----------------------	------------

PSB/PT/PMN

Eduardo Suplicy	SP-3221/15/16	José Paulo Bisol	RS-3224/25
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 311-3259/3496

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões. Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA - CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Coutinho Jorge	PA-3050/53
César Dias	RR-3064/65	Ney Spassuna	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Jaques Silva	GO-3134/35

PFL

Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Ailton Oliveira	AP-3191/92	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Elcio Alvares	ES-3131/32	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Odacir Soares	RO-1118/19	Lourival Baptista	SE-3027/28

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Reginaldo Duarte	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64
Albano Franco	SE-4055/56	Maurício Corrêa	DF-3127/28

PPR

Hydekel Freitas	RL-3028/83	Afonso Camargo	PR-3062/63
Lucídio Portella	PI-3055/56	Espiridião Amin	SC-4206/07
Laurenberg N. Rocha	MT-3035/36	Moisés Abrão	MT-3136/37

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PTB

José Eduardo	PR-4059	Marluce Pinto	RR-4062/63
--------------	---------	---------------	------------

PRN

Rachid Saldanha Derzi	MS-4770/71	Vago
-----------------------	------------	------

PSB/PT/PMN

Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Eduardo Suplicy	SP-3213/15
----------------------	------------	-----------------	------------

Secretário: Celso Parente _ Ramais 311-4354/7284/4607

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões. Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Vago

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Ney Suassuna	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Coutinho Jorge	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Jacques Silva	GO-3134/35	Gerson Camata	ES-3203/04

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Joel de Hollanda	PE-3197/98	João Rocha	TO-4071/72
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Alexandre Costa	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Airton Oliveira	AP-3191/92	Elcio Álvares	ES-3131/32

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Albano Franco	SE-4055/56
Maurício Corrêa	DF-3127/28	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PPR

Lourember N. Rocha	MT-3035/36	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espiridião Amin	SC-4206/07
Moisés Abrão	TO-3136/37	Carlos De'Carli	AM-3079/80

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Vago	

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Vago	

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	José Eduardo	PR-4058/59
----------------	------------	--------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PSB/PT/PMN

José P. Bisol	RS-3224/25	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
---------------	------------	----------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente**Ramais:** 311-3498/4682**Reuniões:** Quintas-feiras, às 14 horas**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC**

Presidente:
 Vice-Presidente:
 (17 Titulares e 9 Suplentes)

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/56	Mauro Benevides	CE-3194/95
Alfredo Campos	MG-3237/38	Garibaldi Alves Filho	RN-4382/92
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Gilberto Miranda	AM-3104/05		
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59		
Ronan Tito	MG-3038/39		

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/59	Alexandre Costa	MA-3070/71
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Airton Oliveira	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-1118/19		

PSDB

Reginaldo Duarte	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/46
Dirceu Carneiro	SC-3179/80		

PPR

Esperidião Amin	SC-4206/07	Affonso Camargo	PR-3062/63
Moisés Abrão	TO-3136/37		

PP

João França	RR-3067/68	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
-------------	------------	-----------------	------------

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89
----------------	------------

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02
--------------	------------

Reuniões:

Sala nº – Ala Sen. Alexandre Costa